

LEONARDO VEIGA GUARNIERI

**REPRESENTAÇÃO, POLÍTICA E LEGITIMIDADE NAS CRÔNICAS DE D. PEDRO
I E DE D. FERNANDO, DE FERNÃO LOPES (SÉCULO XV)**

Monografia de conclusão de curso apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em História pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do sul.

Orientadora: Profa. Dra. Cybele Crossetti de Almeida

PORTO ALEGRE

2009

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1 A OBRA E O CONTEXTO.....	9
1.1 A obra e o autor.....	9
1.2 O contexto do ocidente europeu.....	13
1.3 O contexto português.....	16
2 REFERÊNCIAS CULTURAIS.....	21
2.1 O contexto intelectual.....	21
2.2 A historiografia medieval.....	24
2.3 A história pelos portugueses.....	28
3 OS MONARCAS REPRESENTADOS.....	32
3.1 D. Pedro I.....	32
3.2 D. Fernando.....	41
3.3 D. João.....	51
CONCLUSÃO.....	54
FONTES.....	56
BIBLIOGRAFIA.....	56

INTRODUÇÃO

A obra de Fernão Lopes é emblemática do pensamento político em Portugal na Baixa Idade Média e, portanto, é também uma fonte valiosa para a historiografia que trata do período. Isso não só porque contem relatos pontuais dos governos de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I baseados em fontes que, por vezes, podem não mais ser acessíveis aos medievalistas, mas também porque expõe as considerações do autor sobre questões como o ofício da história, representando a emergência de um discurso historiográfico (ainda que de forma alguma já relacionado à uma historiografia moderna acadêmica e sim a uma “proto-história”, ou, usando os termos mais adequados empregados por Koselleck, mais uma *Historie* do que uma *Geschichte*¹), e como sua interpretação sobre o exercício adequado do poder real; pois, ao mesmo tempo que descreve, narra e caracteriza, Fernão Lopes louva (ou condena) as ações dos seus governantes e mostra o seu ideal de “bom rei”.

Sobre a vida de Fernão Lopes se conhece pouco, além do cargo que exercia a serviço da Coroa portuguesa e das obras que produziu. Suas datas de nascimento e morte não são determinadas precisamente, a primeira estabelecida como em torno das duas últimas décadas do século XIV e a segunda, situada entre as décadas de 60 ou 70 do século XV.² Todavia, nos interessa mais o fato de Fernão Lopes ter sido incumbido por D. Duarte do ofício de cronista régio (e, antes disso, tendo sido encarregado do arquivo da Torre do Tombo, por D. João), por uma carta parcialmente transcrita por Aragão Morato, em que se lê que Fernão Lopes deveria “poer em caronica as estorias dos Reis que antigamente em Portugal foram”, até D. João I³. Assim, a esse encargo e como funcionário régio de Portugal, escreveu três crônicas, as de D. Pedro I, de D. Fernando e D. João.

Nesse estudo, serão abordadas as duas primeiras dessas obras do cronista, a *Crônica de D. Pedro I* e a *Crônica de D. Fernando*, escritas provavelmente na primeira metade do século XV, nas quais o autor descreve os dois últimos monarcas da dinastia de Borgonha e relata os acontecimentos que se deram durante seus reinados, de 1357 a 1367 para D. Pedro e de 1367 a 1383 para D. Fernando. Por

¹ Sobre a transformação da história e a conseqüente mudança do termo em alemão usado para ela, conferir KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da PUCRIO, 2006.

² Damião Peres, na introdução à *Crônica de D. Pedro I*. Porto: Civilização, 1979. pp. IX- XII

³ *Ibidem*, p. XIII

essas datas, fica claro que Fernão Lopes não presenciou de fato tais reinados, tendo nascido no mínimo mais de uma década depois do falecimento de D. Pedro. Teria usado como fontes para as suas crônicas, então, fontes narrativas (como a obra do castelhano Pero Lopez de Ayala, *Crónica del rey D. Pedro y del rey D. Henrique su hermano hijos del rey D. Alfonso oncenº*), documentos oficiais – aos quais ele dispunha de livre acesso, devido ao seu cargo de responsável pela Torre do Tombo, o arquivo régio –, como testamentos, atas, cartas, e, por fim, a própria tradição oral, ainda bastante importante para o saber da época, também deve ter sido uma de suas fontes, principalmente para alguns episódios específicos, como a questão do casamento de D. Pedro I e Inês de Castro, anunciado pelo rei após a morte da mesma e de seu pai, e da subsequente vingança buscada pelo monarca, certamente uma das passagens mais marcantes da vida de D. Pedro I, e história que originaria muitas lendas e suposições de difícil ou impossível comprovação⁴.

Tendo essas obras como fonte, buscaremos aqui estudar a representação dos monarcas nas duas primeiras crônicas de Fernão Lopes, por um viés político, tentando não só entender como o autor constrói, através do seu relato e dos julgamentos que faz sobre os feitos que narra, a imagem dos protagonistas dessas duas crônicas, mas também recolher delas os dados que podemos encontrar sobre D. João, Mestre de Avis, que acabou sendo o sucessor de D. Fernando ao trono e foi retratado na última obra do cronista, ainda que figure marginalmente nos dois primeiros escritos. Reconhecendo a restrição do alcance das obras aqui estudadas, visamos tratar especificamente do pensamento político expressado pelo cronista, parte de uma rede intelectual maior, naturalmente, mas que, ainda assim, sem dúvida diz respeito muito mais a um estamento superior e muito pouco numeroso na hierarquia da sociedade da Baixa Idade Média, notadamente a nobreza e os intelectuais, letrados, que proliferariam no período, do que à totalidade da sociedade portuguesa da época.

Essa pesquisa, portanto, insere-se tanto nas discussões sobre a obra de Fernão Lopes, já bastante debatida pela historiografia sobre Idade Média portuguesa, como nos estudos que tratam da questão do poder político em Portugal na Baixa Idade Média; problema esse fundamental para a compreensão do pensamento da época, visto que a gerência do Estado e as condutas adequadas a

⁴ Ibidem, pp. XV à XXVIII.

nobres e reis eram assuntos proeminentes na produção literária do período, como veremos.

Dada a dimensão dessa pesquisa, seria impossível abordar adequadamente a integridade das obras de Fernão Lopes, incluindo a *Crônica de D. João* e a *Crônica de 1419*, ou mesmo uma discussão sobre a autoria dessa, no nosso rol documental. Preferimos, portanto, tratar das duas crônicas escolhidas, visto que, do ponto de vista da narrativa, elas marcam o fim de uma era, para Fernão Lopes e para Portugal, e abrem caminho para o estabelecimento e a legitimação de uma nova dinastia, que passam necessariamente por uma revisão do passado, representado pelos reinados da dinastia anterior. Contudo, não deixamos de reconhecer a importância de se tratar da obra do cronista como um conjunto. Tendo isso em mente, consideramos de suma importância tratar da representação de D. João para a maneira que nos propomos a encarar nosas fontes. Pois, se os escritos do cronista culminam cronologicamente no retrato desse monarca, também consideramos que o façam em termos da representação política. Afinal, Fernão Lopes foi feito cronista oficial do reino por D. Duarte, segundo rei dos Avis e filho de D. João, em um contexto onde essa nova dinastia buscava ainda afirmar sua legitimidade, fato do qual trataremos no decorrer do trabalho.

Tendo isso em mente, não é difícil ver que, desde as primeiras obras, a figura de D. João aparece de forma positiva, e que esses dois escritos seriam por si um “prelúdio” à história do rei “de boa memória”, como ficaria conhecido o Mestre de Avis. Assim, se D. Fernando é criticado duramente pelo cronista, não é somente por não ter sido um monarca admirável na visão de Fernão Lopes, mas também porque ele representa um outro “ramo” na linha da sucessão, em oposição a D. João, e, se D. Pedro, em boa parte da crônica da qual é assunto recebe elogios do cronista (e não podemos esquecer-nos de que ele é o último rei da primeira dinastia e pai de D. João), também é criticado por seus excessos na aplicação da justiça e por seu desejo sedento de vingança. Nenhum dos dois representaria o modelo ideal de rei; esse apareceria na última crônica⁵.

Com o intuito de se trabalhar com o objeto que é aqui proposto, a questão da representação política e da construção dessa nas crônicas de D. Pedro e de D. Fernando, de Fernão Lopes, uma série de questões devem ser levantadas, em

⁵ Sobre a Crônica de D. João I e de como o monarca é nela retratado, conferir PASSOS, Maria de Faro. *O herói na Crônica de D. João I, de Fernão Lopes*. Lisboa: Prelo, 1974.

termos da instrumentalização necessária para tal.

As fontes desse estudo são obras encomendadas pelo rei a um de seus funcionários, como já dito, com uma preocupação em relatar, e mais do que isso, também assim eternizar, os eventos ocorridos durante reinados anteriores, visando também uma busca por legitimação da nova dinastia de Avis. É necessário refletir sobre a origem dessas obras, considerar seu “lugar social” de produção, usando a expressão empregada por Michel de Certeau. Afinal, ainda que as fontes aqui tratadas não sejam exatamente trabalhos acadêmicos (dos quais especificamente trata Certeau nas suas reflexões sobre a historiografia), elas são, da mesma maneira, discursos, sujeitos a condicionamentos conjunturais e estruturais, externos a sua produção. Portanto, a consideração do seu contexto, da maneira mais ampla que pudermos aqui abordá-lo, é uma das preocupações importantes que norteiam nesse trabalho⁶.

Mais do que simplesmente uma regra metodológica de “desconfiança da fonte”, atualmente incorporada a qualquer trabalho historiográfico acadêmico, essa consideração do lugar social da escrita nos leva a uma melhor compreensão da fonte, tanto de seu conteúdo como da forma pela qual o mesmo é apresentado, e mesmo de algumas de suas lacunas. Afinal, apesar de o autor ostentar em seu relato um discurso que se pretende imparcial e objetivo, como ele demonstra no início de uma de suas obras, ao afirmar que “mentira neste volume, é muito afastada da nossa vontade”⁷, é evidente que o produto da empreitada de Fernão Lopes não é destituído de uma relação vital tanto com sua posição como funcionário real, como com o contexto em que viveu e a partir do qual olhou para as vidas desses reis que retratou. No fim, tudo isso influenciou aquele produto, distanciando-o de uma objetividade concreta, como era de se esperar.

É precisamente essa distância, entre a objetividade ali proclamada e a concepção real da obra, que é aqui de interesse. A construção desses retratos dos monarcas, e a própria forma pela qual ela se dá, eternizados nas linhas das crônicas, tanto com louvores como com críticas declaradas a essas figuras, nos remetem à intencionalidade da escrita e ao cerne do trabalho.

Partindo dessa maneira de se considerar a fontes estudadas, nos guiaremos

⁶ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁷ LOPES, Fernão. *História de uma revolução, ou, Crônica de El-Rei D. João I da boa memória*. Lisboa. Europa-América, 1977. p. 2

pelo conceito de “representação”, não o descartando pelos motivos que Peter Burke o faz em seu trabalho sobre a imagem de Luís XIV⁸. Primeiramente, trata-se aqui de uma única obra estudada, não um processo de constituição de um *corpus* documental sobre o monarca e, além disso, de forma alguma a representação que é aqui referida é uma vista em termos do inconsciente coletivo jungiano⁹, mas sim, a partir de sua definição na discussão apresentada por Roger Chartier. Usando-se das definições antigas do termo, o autor revela um caráter de correlação da representação: a partir da revelação da ausência de um determinado objeto, ela o substitui por uma imagem que é capaz de trazer o objeto ausente à memória, substituindo-o¹⁰. Porém, mais do que isso, do que um retrato unicamente, as representações são essencialmente sociais, assim sendo, constituem também parte de um palco de lutas entre grupos de diferentes interesses e identidades sociais. Ao considerar os estudos de Marcel Mauss e Emile Durkheim no que concerne às “representações coletivas”, Chartier afirma que esse conceito

Autoriza a articular, sem dúvida melhor do que o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência de um grupo, da comunidade ou da classe.¹¹

Assim, trabalha-se, mediante esse conceito, com as “lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto, a hierarquização da própria estrutura social”.¹² É o que pretendemos aqui, pois examinando as crônicas de Fernão Lopes, vemos que o autor, ao escrevê-las, fez mais do que deixar um registro da “história dos reis”, como solicitara D. Duarte, e mais também do que criar uma obra literária. Ao descrever as ações dos monarcas e através dos artifícios que usa para isso, o autor busca legitimar e transmitir determinados valores sociais e políticos, sendo

⁸ BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994. pp. 20-21.

⁹ Idem.

¹⁰ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação IN: _____. *À beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002. p. 72.

¹¹ Ibidem, p. 73.

¹² Idem.

esses as formas institucionalizadas pelo poder que evidenciam e, ao mesmo tempo, perpetuam a existência de um grupo específico, retomando os termos de Chartier. O texto de Fernão Lopes vai ainda mais longe do que isso; como já colocado, sendo escritos após o fim da dinastia de Borgonha, a pedido do segundo monarca de Avis, os dois textos aqui examinados visaram ainda “preparar o terreno” para a representação da dinastia ascendente, o que pode ser visto no exame já da *Crônica de D. Pedro I*, primeira da série, como demonstraremos.

São esses pressupostos que guiarão a nossa consideração do objeto da representação dos monarcas D. Pedro, D. Fernando e D. João na *Crônica de D. Pedro I* e na *Crônica de D. Fernando*. No capítulo 1, trataremos das obras tomadas como fontes para essa pesquisa e do contexto no qual foram escritas, procurando verificar a situação econômica, social e política a partir da qual Fernão Lopes fez suas reflexões sobre esses monarcas anteriores ao seu tempo. No capítulo 2, avaliaremos a partir de quais referências Fernão Lopes escreveu suas crônicas, expondo os contextos intelectual e literário no qual elas se inserem e refletindo mais extensamente sobre a crônica como gênero da literatura medieval e sobre a questão do fazer historiográfico no medievo, primeiro na Europa ocidental, de maneira mais ampla, e, após isso, especificamente em Portugal. Por fim, no capítulo 3, nos dedicaremos à análise da representação dos monarcas feita por Fernão Lopes, transcrevendo e analisando trechos das duas fontes para tal.

CAPÍTULO 1 – A OBRA E O CONTEXTO

Para que possamos abordar as crônicas de D. Pedro I e de D. Fernando, como já referimos, será necessário compreendê-las em seu contexto, visto que, destituídas de qual, o discurso ali inscrito perderia boa parte de sua significância. Portanto, buscaremos agora elucidar, em linhas gerais, as condições nas quais o cronista escreveu as duas obras que interessam prioritariamente a esse trabalho.

Para tal, primeiro falaremos sobre o autor, apontando as informações (escassas) disponíveis sobre sua biografia e sua formação, e sobre as duas obras, caracterizando ambas as crônicas, descrevendo a sua organização e delineando seus principais temas. Após, prosseguiremos a uma breve caracterização dos processos políticos e socioeconômicos que se desenrolaram ao longo dos séculos XIV e XV e cuja compreensão cremos ser importante para a compreensão das obras estudadas, primeiro na Europa medieval como um todo, depois em Portugal especificamente.

1.1 A OBRA E O AUTOR

Como já dito, sabemos muito pouco sobre a vida de Fernão Lopes, principalmente no que vai além da esfera da sua atuação profissional. Teria nascido no final do século XIV, provavelmente entre 1380 e 1390 e a última referência documentada a ele foi em 1459, quando, já velho e afastado de suas funções, contestava a legitimidade de um neto¹³. Provavelmente morreu durante a década de 1460; portanto, presenciou diversos governos: o final do reinado de D. João I, o de D. Duarte, as duas regências que se seguiram – a curta e problemática da rainha D. Leonor de Aragão e a do Infante D. Pedro, que resultaria na crise de 1449 – na íntegra e o início do reinado de D. Afonso V.

As origens do cronista também não são claras, embora ele provavelmente tenha nascido vilão, visto que na família de sua mulher havia um sapateiro¹⁴, e foi feito nobre mais tarde, por D. João ou D. Duarte, tornando-se “vassalo do rei”. Sobre

¹³ Damião Peres, op. cit. p. IX

¹⁴ SARAIVA, Antônio José, LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, s/d. p. 87

sua família, também temos poucas informações: casou-se com Mor Lourenço, de família mesteiral, e teve um filho chamado Martinho, que estudou medicina e tornou-se físico do infante D. Fernando¹⁵.

No que se refere à formação intelectual de Fernão Lopes, igualmente não existem indícios concretos. Certo é que para as funções de tabelião e notário, na época, não era requerida uma educação formal, sendo esses funcionários muitas vezes recrutados dentre a pequena burguesia, mesteiral, e os mais ligados ao monarca ou aos Infantes eram educados na própria corte, como parece ter sido o caso de Fernão Lopes¹⁶.

O que se pode afirmar com certeza é que, em 1418, Fernão Lopes foi nomeado para a função de *guardador da escrituras do Tombo*¹⁷, encarregado do arquivo régio, responsável pela sua manutenção e também pelo uso dos documentos ali no auxílio aos governantes, quando necessário. Uma posição de tal importância sugere tanto uma experiência no ofício, como uma proximidade a figuras prominentes na corte, o que pode de fato ser verificado: em 1418, Fernão Lopes aparece referenciado como escrivão dos livros do infante D. Duarte, no ano seguinte, como escrivão do rei D. João I, e, desde 1421, foi também escrivão da puridade do infante D. Fernando¹⁸. Além dessa carreira burocrática, desempenhou as funções de cronista oficial do reino, como sabemos, tendo sido nomeado para tal por D. Duarte, através de uma carta escrita em 1434, recebendo por isso uma tença anual de 14.000 reais¹⁹, ficando encarregando assim de escrever as histórias dos reis de antigamente, até D. João.

Por fim, em 1450, o cargo de cronista oficial passou a Gomes Eanes de Zurara, e, em 1454, esse também substituiu Fernão Lopes como encarregado do arquivo da Torre do Tombo, por ordem de Afonso V, que alegava, na carta régia, estar o antigo cronista “velho e fraco”, o que soa estranho, visto que 5 anos depois, Fernão Lopes contestaria a legitimidade de um neto, como falamos. Marcella Lopes Guimarães sugere que o estilo de Fernão Lopes não era compatível com a “gesta desmedida” da conquista da África, devido sua admiração do valor do povo²⁰, mas

¹⁵ MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes, texto e contexto*. Coimbra: Livraria Minerva, 1988. pp.73-74

¹⁶ Ibidem, pp. 74-78.

¹⁷ Damião Peres. op. cit. p. IX.

¹⁸ MARQUES, Oliveira, apud MONTEIRO, João Gouveia. op. cit. p. 72.

¹⁹ Idem.

²⁰ GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão*

talvez a destituição do cronista de suas funções tenha a ver mais com um envolvimento com o governo regencial deposto do Infante D. Pedro.

Feita a exposição da carreira que teve Fernão Lopes, não só como cronista, mas também no âmbito da burocracia, algumas considerações sobre a posição que ocupou são importantes. Nesse contexto que, como veremos, a difusão da escrita como ferramenta administrativa é cada vez maior, a partir de um processo de burocratização do Estado ligado, em última instância, a um projeto de centralização política, os membros desse novo funcionariado, na sua maioria letrados, como Fernão Lopes, assumiram um papel de grande importância na administração do reino.

O cargo de arquivista do Tombo, exercido por Fernão Lopes, era de suma importância na administração do reino. Ele ficava encarregado de toda a documentação oficial, o que significava que, na ausência de estruturas jurídicas mais desenvolvidas, era ele quem provia a jurisprudência para os monarcas e regentes, através da investigação e do fornecimento de documentos oficiais contendo determinações, leis e outros expedientes para auxiliar na tomada de decisões²¹. Também sugeriam uma alta posição social de Fernão Lopes os cargos de escrivão dos livros de D. João e, principalmente, de escrivão da puridade do infante D. Fernando. Esse último sugere uma relação próxima com o Infante, afinal, o escrivão da puridade participava da intimidade do seu empregador, atendendo a suas exigências mais imediatas, oficiais ou não²².

Considerando-se que o cargo de responsável pelo arquivo da Torre do Tombo provia um acesso a toda a documentação oficial ao seu detentor, é fácil compreender a ligação que esse ofício passou a ter, a partir de Fernão Lopes, com o de cronista oficial. A partir dessa posição, então, que Fernão Lopes produziu as duas obras que são objetos dessa pesquisa, as crônicas de D. Pedro I e de D. Fernando. Com o uso de documentação oficial, por vezes mesmo transcrita na obra, e de correspondência régia, por exemplo as cartas do Papa e do Rei de Aragão após a morte de D. Afonso IV, transcritas na *Crônica de D. Pedro I*, ele foi capaz de recriar as histórias desses dois reis anteriores ao seu tempo.

Lopes (Séculos XIV e XV) - o espelho do rei. "Decifra-me e te devoro". 2004. 289f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. p.23.

²¹ MONTEIRO, José Gouveia. op. cit. p. 73.

²² FRANÇA, Susani Silveira Lemos. op. cit. p. 109.

Somados a esse tipo de documentação oficial e diplomática, Fernão Lopes também dispôs de outras fontes. Fontes narrativas, por exemplo, como a obra do castelhano Pero López de Ayala²³, que usou nas passagens que tratavam sobre D. Pedro de Castela, o Cruel, e o conflito desse com seu irmão, o conde D. Henrique de Trastâmara, como a *Crônica do Condestabre de Portugal, D. Nuno Álvares Pereira*, da qual transcreve trechos ao tratar do reinado de D. Fernando, além de uma crônica perdida de Martim Afonso de Melo e da *Crônica de 1344*²⁴. Além dessas fontes, podemos assumir ainda o uso da tradição oral por Fernão Lopes, em passagens como nas quais descreve os dois monarcas, e no relato de questões mais simbólicas, como a da relação de D. Pedro com Inês de Castro e da vingança que o monarca busca contra os assassinos daquela que foi feita rainha depois de morta. Foi a partir dessas múltiplas fontes que o Fernão Lopes escreveu as duas obras que são objeto dessa pesquisa.

A primeira, a *Crônica de D. Pedro I*, possui 44 capítulos e trata do período de 10 anos, 1357 a 1367, durante o qual o monarca reinou. Cerca de metade da narrativa acontece, na verdade, em Castela, examinando as ações de D. Pedro de Castela e seu conflito com seu irmão pelo trono. Além disso, o outro tema proeminente é a justiça, como fica claro desde o prólogo, no qual Fernão Lopes disserta sobre essa virtude e sobre quão necessária ela é aos governantes, o que é esperado, considerando-se que D. Pedro I ficaria para a história como “o rei justiceiro”. Assim, Fernão Lopes trata de determinações do monarca em relação a esse tema, da aplicação da justiça que ele fazia, por vezes, com suas próprias mãos, e da visão que o rei tinha sobre ela.

A segunda obra que nos interessa aqui é a *Crônica de D. Fernando*, que possui 178 capítulos, e trata dos anos de 1367 até 1383, descrevendo o governo desse rei – ainda que ele não entre na narrativa de início, pois ela começa tratando do conflito de D. Henrique e D. Pedro de Castela. Ao contrário da crônica anterior, a guerra é aqui o tema principal: Fernão Lopes relata os três conflitos em que Portugal entra contra Castela, o envolvimento de Portugal na Guerra dos Cem Anos, e também as conseqüências sociais, econômicas e políticas desse estado constante de guerra, que por fim quase levaria a perda da independência portuguesa, como veremos. Além disso, o casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles e as ações

²³ Damião Peres, op. cit. pp. XV-XVI.

²⁴ SARAIVA, Antônio José, LOPES, Oscar. op. cit. p. 90.

dessa como rainha também são temas importantes da obra e outras fontes de críticas diversas que Fernão Lopes faz a esse monarca.

1.2 O CONTEXTO DO OCIDENTE EUROPEU

Os séculos XIV e XV foram um momento de transição eminente para o ocidente europeu, de entrada no mundo moderno. Tal processo não aconteceria, naturalmente, sem alguns traumas, que ocorreram principalmente no século XIV e, conseqüentemente, exigiram novas soluções, rupturas, que aceleraram essa transição, que aconteceria notadamente a partir da metade do século XV. Entre essas novidades, destacam-se a centralização política, que se concretizaria no surgimento dos Estados absolutistas mais tarde e a afirmação do dinheiro como uma nova linguagem de poder, após a explosão comercial dos séculos anteriores²⁵

Ao longo do Trezentos, porém, temos uma crise geral, que, com a integração de vários fatores problemáticos, acabaria superando sua própria conjuntura e trazendo conseqüências estruturais fortes o suficiente para abalar a sociedade feudal. Essa crise deu-se essencialmente devido à fome, à peste e às guerras, que assolaram o ocidente europeu no período, atingindo a cristandade na sua totalidade e afetando todos os estratos da sociedade medieval²⁶.

A sucessão de más colheitas, a crise econômica e o constante estado de guerra no qual estavam boa parte das regiões européias traziam a fome e a miséria. Por sua vez, essas duas, associadas às más condições higiênicas e o estado incipiente da medicina, traziam as epidemias e surtos de peste e, por fim, a morte. A Peste Negra, que teve seu auge entre os anos de 1348 e 1350, causou a morte de milhões, matando aproximadamente 30% da população européia da época²⁷

Além desses dois flagelos, havia ainda a guerra. Com a crise espalhando-se pelos diversos setores da sociedade feudal, atingindo inclusive os estratos mais altos da hierarquia social, esses homens, constituintes da nobreza, buscaram recorrer a uma tradicional solução medieval para os problemas que encaravam – a

²⁵ MONTEIRO, João Gouveia. op. cit. pp. 23-24

²⁶ EFFGEN, Augusto Ricardo. *A construção de modelos e contramodelos régios na obra de Fernão Lopes (século XV)*. 2009. 164f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. p. 10

²⁷ MONTEIRO, João Gouveia. op. cit. p. 26

guerra²⁸. Assim, estabeleceu-se um estado de guerra endêmica no Ocidente medieval: com as invasões, como a otomana, as guerras senhoriais, os conflitos entre principados, na Alemanha, as lutas entre guelfos e gibelinos, na Itália, a Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra (na qual outros países acabariam se envolvendo, como Portugal e Castela durante os reinados de D. Fernando e D. Henrique, como veremos). Conflitos acentuados pelo contexto de crise e possibilitados pela própria organização da sociedade medieval, de ausência de um poder arbitral e imprecisões de domínios estatais, além do próprio “espírito medieval” de nobreza guerreira²⁹

Esses fatores somados, levaram, não surpreendentemente, a uma crise econômica geral, evidente já no plano produtivo. Com as más colheitas, veio a crise frumentária, a alta dos preços (e dos salários), a retração da produção, a diminuição dos empregos e, por fim, a miséria. Em conjunto com isso, um aumento das cargas fiscais e a desvalorização monetária ajudaram a estagnar a atividade comercial, que retrocedeu, como indicam a diminuição geral das exportações, o saturamento dos mercados, a instabilidade dos preços, o aumento da especulação, a decadência das feiras e a modificação de rotas tradicionais de comércio³⁰. Relacionada aos problemas econômicos, surgiu a instabilidade social; por isso, nesse contexto, vemos aflorar uma série de revoltas, como as *jacqueries*, na França, protagonizadas por artesãos ou camponeses, que viam na violência contra os senhores e a elite urbana a única saída para a situação na qual se encontravam³¹.

A crise se espalhou mesmo no plano espiritual, atingindo também a Igreja, outro indicativo de um reordenamento completo das antigas estruturas feudais por vir. Surgem novas heresias, atacando a autoridade central da Igreja, e difundindo-se pelos campos e vilas, como a dos Lolardos, na Inglaterra e a dos Hussitas, na Boêmia. Além disso, as próprias dissidências internas da igreja agravaram-se, o que culminou no conhecido Grande Cisma do Oriente, que opôs não só dois papas coexistentes, Urbano VI, de Roma, e Clemente VII, de Avignon, mas também os adversários na Guerra dos Cem Anos, que dividiram seu apoio a esses papas: Inglaterra e Portugal (ainda que tenha alterado seu apoio como estratégia

²⁸ LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru, EDUSC, 2005. p. 102

²⁹ MONTEIRO, João Gouveia. op. cit, pp. 25-26.

³⁰ Idem.

³¹ Ibidem, pp. 26-27.

diplomática) ao lado daquele, França e Espanha, desse³².

O século XV, por sua vez, principalmente a partir da sua metade, representou a revitalização, a recuperação da crise, com um inevitável reordenamento de certas estruturas, preparando o caminho para a modernidade. A centralização política na figura do rei, que começava a tomar a forma de monarca absoluto, uma laicização do poder, necessária para a reorganização e burocratização desse Estado mais centralizado, e também uma laicização da própria cultura³³, com o surgimento da figura do letrado leigo, própria desse período, da qual Fernão Lopes é exemplo, foram algumas das mudanças avindas da crise do século XIV.

O processo de centralização política foi uma característica comum ao ocidente medieval nesse século, porém, naturalmente, deu-se gradualmente, estendendo-se por longas etapas, e de maneira diferenciada em cada reino, de acordo com o contexto das forças políticas e as tradições de exercício do poder locais. É inegável, todavia, que, após a crise, o próprio modelo de monarquia ocidental começou a ser alterado; a figura do monarca ganha mais poder, o Estado medieval tem suas competências alargadas, a administração se burocratiza, pela criação de diversas instâncias de poder (sempre como representantes do poder real) e a própria base na qual se assenta essa monarquia altera-se: o poder é cada vez mais fundamentado pelo direito e menos pela religião³⁴.

Se vemos, nos séculos XIV e XV, um equilíbrio entre o rei e a nobreza, os principais participantes do jogo político dessa época, que tinha como palco as cortes e assembléias representativas, é verdade que essa balança vai, conforme aproxima-se o final do Quatrocentos, pendendo mais o lado do monarca. Nessa nova forma de governo, o poder muda. Torna-se mais pessoal, ao passo que o rei tem um papel proeminente, mas, ao mesmo tempo, também torna-se mais burocrático. Afinal, essa reorganização do Estado exige a criação de um aparelho estatal, que se desenvolveria ainda muito mais na modernidade, e que requiritava diversos e novos agentes administrativos, não característicos do período anterior. Dessa maneira, surge a figura do letrado³⁵.

É dessa necessidade administrativa e de um processo de laicização que surge essa figura. Laicização política, porque nesse período vemos uma busca pela

³² EFFGEN, Augusto Ricardo. op. cit. p. 13

³³ MONTEIRO, João Gouveia. op. cit. pp. 28-29.

³⁴ Ibidem, pp. 29-31.

³⁵ Idem.

autonomia do poder civil, defendida em diversas teses de teoria política. Com a intensificação da influência das obras de Aristóteles no pensamento político medieval, busca-se um novo corpo conceitual para dar conta dessa “nova monarquia”. Também e conseqüentemente, uma laicização cultural, que permite essas figuras relacionadas ao saber, porém, fora da esfera eclesiástica, surgirem. Aparecem com um papel importante nessa nova configuração política, de constituir essa “casta” de funcionários laicos, vindo da burguesia e formando assim o principal elemento de um estamento médio dessa sociedade, essencialmente relacionado ao saber e próximo às decisões políticas, e renunciando uma ruptura mais clara com o antigo modelo de representação social tripartida³⁶.

Temos apresentado, em características breves, as linhas gerais de processos que alteraram profundamente a Europa dos séculos XIV e XV e tiveram suas conseqüências sentidas diretamente durante o período que nos interessa, o de escrita das obras de Fernão Lopes, na primeira metade do século XV. Agora, falaremos mais especificamente da situação política e econômica de Portugal na época.

1.3 O CONTEXTO PORTUGUÊS

Portugal não escapou da crise, como era de se esperar. No século XIV, sofreu também os efeitos da fome, da peste e da guerra. Após a explosão demográfica no século XIII, a arcaica estrutura produtiva não conseguiu acompanhar o aumento da demanda, ocasionando em um movimento constante de alta dos preços, que trazia a fome³⁷. Essa circunstância foi somada às séries de más colheitas causadas por problemas climáticos, resultando em, entre 1331 e 1496, vinte e cinco crises alimentares.³⁸ A peste agravaria a situação; chegou ao país em 1348³⁹, e, entre 1348 e 1349, no pior surto, pode ter dizimado 1/3 da população portuguesa (principalmente nas cidades e das camadas sociais mais baixas)⁴⁰. A partir daí, além desse grande surto, até o fim do século XV, são documentados mais dezessete

³⁶ Ibidem, pp. 33-34.

³⁷ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. *História de Portugal*. V.II. Lisboa: Editorial Estampa, s/d. p. 336

³⁸ EFFGEN, Augusto Ricardo. op. cit. p.10

³⁹ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. op. cit. p. 340

⁴⁰ OLIVEIRA MARQUES, apud GUIMARÃES, Marcella Lopes. op. cit. p. 24

surtos de peste, distribuídos ao longo do período⁴¹. Há que se adicionar a esses dois fatores para a compreensão da evolução demográfica de Portugal na época, as guerras contra Castela: a partir de 1348, são oito conflitos⁴².

Os efeitos de todo esse quadro foram devastadores, em termos demográficos, sociais e econômicos. A curva demográfica de Portugal, descendente desde o século XIII, despenca em 1347-1348, com a população estimada passando de 1.5 milhão de habitantes para 1 milhão; e a queda é constante, com poucas e fracas reações, até a segunda metade do século XV, onde a recuperação começa a ser ensaiada. Os efeitos dos desastres também foram além disso: são conseqüências dessa conjuntura também o aumento do crime e da mendicância, a evasão do campo, a retração econômica e uma série de rebeliões populares⁴³.

Foi nesse contexto de crise que, como vimos, ocorreu a centralização política que levaria aos Estados absolutistas, a partir principalmente do século XVI. Em Portugal, esse processo de reorganização política e de criação de um novo modelo monárquico também ocorreu; todavia, contou com peculiaridades próprias e foi concluído mais tardiamente, se comparamos com a França ou a Inglaterra, por exemplo.

O responsável pelo início desse processo de centralização foi D. Dinis, já na segunda metade do século XIII (reinou de 1279 a 1325). Uma série de leis restringindo o direitos de justiça dos nobres e ampliando o direito real foram criadas, e o rei, na época, deixa de ser um *primus inter pares* e passar a ser o senhor do reino de fato, adquirindo um status diferenciado em relação aos seus súditos, seja quais fossem suas posições sociais⁴⁴. Afonso IV, seu filho, que reinou entre 1325 e 1357, seguiu a tendência centralizadora, buscando reformar a justiça e refrear os abusos da nobreza⁴⁵. Já no reinado de D. Pedro I, de 1357 a 1367, tempo de paz, mas de peste e fome, o processo de centralização recuou, com uma série de concessões sendo feitas a alta nobreza, através de mercês e, com D. Fernando, cujo reinado viu três conflitos com Castela, alguns com os mouros e o próprio envolvimento de Portugal na Guerra dos Cem Anos, esse processo foi novamente minado, através de uma política de benefícios dados a nobreza que criou um núcleo

⁴¹ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. op. cit. p.342

⁴² Ibidem, pp. 338 – 344.

⁴³ Idem

⁴⁴ EFFGEN, Augusto Ricardo. op. cit. pp. 19-23

⁴⁵ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. op. cit. pp. 486-487.

senhorial poderoso, centrado nos Teles, família da rainha D. Leonor.

Após a morte de D. Fernando, Portugal passou pela regência problemática da rainha D. Leonor Teles. Segundo o Tratado de Salvaterra dos Magos, feito ao fim da terceira guerra com Castela no reinado de D. Fernando, na ausência de um herdeiro, o trono passaria para o rei D. João I de Castela, marido de D. Beatriz, filha do rei morto. Porém, a recusa a entregar-se ao rival de tantos anos, pondo em risco a independência adquirida poucos séculos atrás, levou a uma série de revoltas em Portugal, que resultariam na crise de 1383-1385 e na chamada “Revolução de Avis”.

O caráter revolucionário do período é discutível, posto que, apesar de caracterizar uma reconfiguração dos estratos mais altos da sociedade, a alta nobreza, não vemos nenhuma transformação estrutural advinda disso. O que vemos é a ascensão social de um grupo da pequena nobreza, notadamente de cavaleiros, escudeiros, filhos secundogênitos e membros das ordens militares, que levou o Mestre de Avis ao poder e conseguiu, assim, a almejada ascensão política e social, mas que buscou literalmente tomar o lugar da antiga nobreza tradicional, mantendo os mesmos padrões de comportamento e, por fim, o mesmo quadro sócio-político verificado nos reinados anteriores.⁴⁶

Com a vitória sobre as forças castelhanas na batalha de Aljubarrota, em 1385, a crise e o interregno chegaram ao seu fim. D. João I, filho ilegítimo de D. Pedro I, subiu ao trono, já tendo sido eleito pelas cortes de Coimbra, e a independência do reino ficou intacta, apesar da paz com Castela só ter sido assinada em 1402 e ratificada em 1411. Foi um reinado problemático, entre os anos de 1385 e 1433, com a contração de diversos empréstimos pela coroa, a desvalorização da moeda e a alta dos preços agravando os problemas trazidos pela guerra⁴⁷. Porém, buscaram-se novas soluções: começa o expansionismo pela África, com a tomada de Ceuta em 1411, que redireciona a nobreza, reavivando um espírito cruzadista reminescente da Reconquista, e a mantém subordinada ao monarca. Ainda distante da expansão atlântica, motivada essencialmente por interesses mercantis, mas um embrião dessa.

O projeto centralizador avançou, como também o fez no reinado de D. Duarte, o Eloquentemente, de 1433 a 1438, que manteve as mesmas políticas de seu pai, justamente por ter participado ativamente na administração anterior, e foi

⁴⁶ MONTEIRO, João Gouveia. op. cit. pp. 40-41.

⁴⁷ EFFGEN, Augusto Ricardo. op. cit. pp. 32-33.

responsável pela nomeação de Fernão Lopes como cronista oficial do reino, visto que esse já desempenhava a função de arquivista do Tombo desde 1418, a mando de D. João.

Após a morte de D. Duarte, surgiram novas perturbações políticas; o herdeiro, o Infante D. Afonso, que viria a ser D. Afonso V mais tarde, ainda não tinha idade para assumir o trono, o que resultou em uma nova regência, exercida pela rainha viúva, D. Leonor de Aragão, que durou apenas um ano. Devido ao pouco prestígio da rainha e sua ligação com seus irmãos, infantes de Aragão, ela acaba sendo derrubada pelas cortes e substituída pelo Infante D. Pedro, duque de Coimbra, apoiado pela alta nobreza. Esse apoio se enfraqueceria, porém, ao longo do seu governo, entre 1439 e 1448, e com a insatisfação diante às políticas do regente, que, ao mesmo tempo que beneficiava os da sua Casa, promovia medidas centralizadoras, e a regência acabaria com uma nova crise. O regente afastou-se, então, em 1448 e foi morto na batalha de Alfarrobeira um ano depois, pelas forças de Afonso V e do Conde de Barcelos⁴⁸

Foi, por fim, no reinado de D. Afonso V, que iria de 1438 a 1481, que vimos “hibernar”, durante esse longo período, o projeto de centralização política, com uma recuperação do senhorialismo e uma fragmentação do poder que representava uma tentativa de retrocesso a uma ordem feudal. Assim, esse projeto centralizador acabou atrasado até o final do século XV, quando assumiu o trono D. João II, o Príncipe Perfeito, que foi, por fim, o responsável por minar o poder da nobreza e estabelecer um Estado absolutista português⁴⁹, em um contexto de expansão atlântica e ascensão burguesa que tornava os ideais da nobreza tradicional cada vez mais inadequados.

Talvez não coincidentemente foi também durante o reinado de D. Afonso V que ocorreu o afastamento de Fernão Lopes de suas funções, como vimos, sendo ele substituído por Gomes Eanes de Zurara em 1450 no cargo de cronista oficial e, em 1454, nas funções que exercia no arquivo régio⁵⁰.

Econômica e socialmente, a segunda metade do Quatrocentos representou finalmente o momento de recuperação da grande crise do século anterior. Durante o reinado de D. Afonso V, presenciou-se um aumento demográfico e reanimação

⁴⁸ GUIMARÃES, Marcella Lopes. op. cit. pp. 52-55

⁴⁹ EFFGEN, Augusto Ricardo. op. cit. p. 20

⁵⁰ MONTEIRO, João Gouveia. op cit. p. 73

econômica, tanto na agricultura quanto no comércio. Isso foi devido, em grande parte, aos produtos vindos do ultramar, o açúcar, os escravos e o ouro africanos, que possibilitaram a cunhagem de uma moeda forte e a dinamização dos portos portugueses e o seu estabelecimento como fortes pontos de comércio internacional⁵¹.

Foi nesse contexto, que tentamos aqui caracterizar brevemente, localizado entre duas crises políticas, a de 1383-85, a qual não presenciou, mas cujas as conseqüências experienciou diretamente, e a de 1449, durante qual estava em plena maturidade e exercício de suas atividades, e anterior a um processo de recuperação socioeconômica após a grande crise do século XIV, que Fernão Lopes viveu e produziu suas obras. Foi por ele certamente condicionado nas suas visões sobre o poder régio e o exercício desse pelos reis sobre os quais escreveu. Influência essa não só advinda das teorias políticas da época, que pregavam, como vimos, uma laicização do poder e sua centralização na figura do monarca, como também mesmo de um sentimento nacional ainda muito embrionário, que se desenvolveria mais no século XVI, mas do qual podemos detectar traços já em sua obra. Resta agora ver a partir de quais referências culturais o cronista trabalhou, averiguando o quadro intelectual da época.

⁵¹ EFFGEN, Augusto Ricardo. op. cit. p. 36

CAPÍTULO 2 – REFERÊNCIAS CULTURAIS

2.1 O CONTEXTO INTELECTUAL

Não vamos, nesse espaço, buscar esgotar a questão da cultura em Portugal na Baixa Idade Média; não teríamos como fazê-lo e nem mesmo cabe ao interesse da pesquisa. Visaremos, sim, expor as linhas gerais que direcionaram a produção literária na época de Fernão Lopes – o fim do século XIV e a primeira metade do XV. Antes disso, porém, cabe buscar as origens do processo de intensificação dessa produção que pode ser verificado nesse período, diretamente relacionado à proliferação desse grupo de “letrados” do qual o cronista fez parte e a uma transformação na própria visão do saber.

Como dito, entre as novas características geradas pelas alterações político-administrativas pelas quais passou o reino de Portugal nos dois últimos séculos anteriores à modernidade, estava uma crescente burocratização do Estado, com o surgimento de novas e diversas instâncias de poder. Essas, naturalmente, necessitavam de um grupo de profissionais especializados, com competência técnica e uma familiaridade com as letras, que deveriam ser formados em quantidades cada vez maiores.

Podemos compreender isso como parte de um processo de disseminação e valorização da escrita, inicialmente nos meios oficiais, mas depois também em relação à cultura, nos fins da Idade Média portuguesa. Tal processo se iniciou já no século XIII, com D. Afonso II e o estabelecimento do notariado, em alguns conselhos, e do registro dos documentos expedidos pela corte. A partir de então, o tabelionato difundiu-se, principalmente a partir da metade do século, com D. Afonso III, e, no reinado de D. Dinis, a escrita já era vista como um instrumento indispensável de governo, com a proliferação dos tabeliães e escrivães e a institucionalização dessas atividades⁵².

Acompanhando essa disseminação da escrita na administração, também vemos mudanças no ensino, com um aumento considerável das iniciativas da monarquia em termos da promoção da institucionalização da educação, através de

⁵² MATTOSO, José. *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. V. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. pp. 56-58.

incentivos providos tanto às diversas instituições de ensino⁵³, como aos letrados e estudantes que as freqüentavam⁵⁴. O maior exemplo disso foi o estabelecimento do Estudo Geral, a universidade, e os esforços para a ampliação e manutenção desse, afinal, representava uma instituição de saber não-religiosa, sob responsabilidade direta da monarquia, enquanto a maioria das escolas era administrada e mantida por clérigos. Apesar de o Estudo Geral não possuir ainda, no século XV, uma grande relevância em termos de produção literária, essa sendo dominada pela corte e pelos agentes eclesiásticos, essa iniciativa foi um indicador de um processo de laicização da cultura, essencial para a configuração do contexto intelectual que estudamos⁵⁵.

Essa valorização da escrita superou a esfera da administração, e ela logo torna-se um “importante instrumento na apreensão e ordenação do mundo”⁵⁶, tornando-se o livro, na época, a forma essencial do saber, o que explica o aumento substancial do número livros produzidos (e traduzidos) nos séculos XIV e XV. Porém, a relação entre a administração e a escrita deixou suas influências mesmo na produção literária, é a partir dela que podemos compreender o porquê do sucesso de determinadas obras no período, principalmente os livros produzidos por aqueles da Ínclita Geração, os filhos de D. João de Avis.

Para esses escritores e outros do Quatrocentos, “os escritos não podem ser justificados por si mesmo, mas por sua finalidade, ou melhor, sua utilidade”⁵⁷. Foi uma visão utilitária da literatura que regeu as obras produzidas nesse período, o que fica bem claro ao se considerar o caráter doutrinário e pedagógico dos livros que circulavam entre a alta nobreza. A leitura, assim, deveria tomar parte do tempo de príncipes e de outros membros da nobreza, mas somente se ela contribuísse para a sua formação, só assim sendo justificável⁵⁸.

Podemos compreender, considerando essa percepção da literatura por parte da nobreza, a configuração do quadro intelectual do período, em termos de gêneros literários mais produzidos. A produção lírica, por exemplo, caiu bruscamente na época, com a escola trovadoresca desaparecendo com a morte de D. Dinis, na

⁵³ Para uma caracterização da configuração do ensino e das diversas instituições responsáveis por ele nos fins da Idade Média em Portugal, ver MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. op. cit. pp. 533-540.

⁵⁴ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 16-24.

⁵⁵ Ibidem, pp. 46-47.

⁵⁶ Ibidem, p. 49

⁵⁷ Ibidem, p. 54

⁵⁸ Idem.

primeira metade do século XIV. A partir desse período, a próxima obra de peso da lírica portuguesa foi o *Cancioneiro Geral*, de 1516, representando quase um século de obscuridade do gênero⁵⁹, considerado então de menor relevância dadas as preocupações tanto dos produtores como dos receptores da literatura no período.

Por sua vez, a literatura novelística, dos romances de cavalaria baseados na tradição arturiana, teve uma ampla difusão a partir do final do século XIV. Obras tipicamente aristocráticas, elas pretendiam divulgar e legitimar uma série de padrões comportamentais próprios da alta nobreza, como os ideais cavaleiros⁶⁰. Foram obras como *A Demanda do Santo Graal* e *Amadis de Gaula* que inspiraram Nuno Álvares Pereira e outros membros dessa nobreza, oferecendo modelos como Tristão, Galvan, Galaaz e outros. É também pela mesma lógica de fornecimento de padrões de conduta adequados a esse setor da sociedade que o gênero da literatura histórica, cujas características abordaremos adiante e que teve como um dos seus maiores expoentes Fernão Lopes, prosperou no período, passando de exercer uma função essencialmente memorialista a adquirir um caráter mais pedagógico.

Ao lado desses dois tipos de produção, houve também um gênero declaradamente pedagógico, doutrinário. O dos “espelhos de príncipes”, que buscavam auxiliar na formação moral dos governantes e outros membros da alta nobreza. É o gênero dos escritos do Infante D. Pedro e do rei D. Duarte, filhos de D. João, obras que tinham como intenção apontar o comportamento adequado e as características e virtudes necessárias aos nobres e príncipes, bem como os vícios a serem evitados e como fazê-lo⁶¹. Além do *Leal Conselheiro*, de D. Duarte e do *Livro Virtuosa Benfeitoria*, do Infante D. Pedro, podemos incluir aí o *Livro da Ensino de Bem Cavalgar Toda Sela*, também de D. Duarte e o *Livro da Montaria*, de D. João I, normalmente também incluídos em um gênero de literatura técnica pelos medievalistas⁶². Além de dispensar ensinamentos técnicos, destacando as *manhas* que os nobres deveriam possuir, como as habilidades da montaria e da caça, essas duas obras vão além, discutindo também uma série de questões piedosas e moralistas⁶³.

⁵⁹ MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. op. cit. pp. 540-541.

⁶⁰ MONTEIRO, João Gouveia. op. cit. pp. 45.

⁶¹ Para um estudo vasto sobre a produção desse gênero, que aqui seria impossível realizar, ver MONGELLI, Lênia Márcia (org.). *A literatura Doutrinária na Corte de Avis*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

⁶² MONTEIRO, João Gouveia. op. cit. p. 46

⁶³ MONGELLI, Lênia Márcia (org.). op. cit. p. XV

Apresentado esse quadro da produção literária da época de Fernão Lopes, daremos agora atenção especificamente às obras de caráter historiográfico produzidas no fim da Idade Média, que encarregaram-se de relatar acontecimentos e feitos passados a partir de pressupostos diversos e com objetivos igualmente múltiplos, como veremos.

2.2 A HISTORIOGRAFIA MEDIEVAL

Destacaremos aqui, dentre toda a rica produção literária medieval, os escritos historiográficos, naturalmente de maior interesse para essa pesquisa. A produção de obras de história, independente do nome que receberam⁶⁴, foi muito extensa durante o período. Considerando isso, seria até problemático classificar a historiografia como um dos gêneros da literatura da época, devido à diversidade desses escritos, que serviam a diferentes utilidades e interesses e vinham de lugares de produção distintos, como veremos.

Entretanto, esses tipos diferenciados de produção certamente ostentam algo em comum: uma preocupação com o relato do passado. A grande quantidade desses escritos historiográficos pode ser compreendida ao recordarmos que, nesse contexto, como vimos, a escrita tornava-se cada vez mais importante, suplantando, ainda que em um longo e lento processo, a oralidade. A partir dessa época, e cada vez mais, a memória passou a ser vista como algo duvidoso e frágil, incapaz de uma apreensão precisa de eventos distantes, e, também nesse contexto a própria concepção do tempo passava por transformações importantes para a compreensão do pensamento medieval.

Além disso, essas obras, ao relatar feitos passados, possuíam um caráter didático; ofereciam exemplos de conduta e modelos comportamentais, inspirados nos santos ou nos reis ali retratados, que deveriam ser apreendidos e emulados pelos seus leitores⁶⁵. Características que as aproximavam da literatura doutrinária dos espelhos de príncipes.

Podemos dividir essa produção historiográfica da Idade Média, em dois períodos: um do século VI ao XII e o outro, do século XII ao XV. No primeiro período,

⁶⁴ GUENÉE, Bernard. *"História"*. In: LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002. V. 1. pp. 531-532. Bernard Guenée faz aqui uma diferenciação entre as "histórias" e as "crônicas" como produções sobre o passado.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 526

verificamos um “novo espaço historiográfico”, uma ruptura em relação ao tipo de obras de história produzidas pelos autores gregos e romanos, diretamente relacionada ao caráter eclesiástico dessas novas obras⁶⁶

Isso porque as obras historiográficas produzidas nesse período ostentavam um novo tipo de percepção religiosa da história, de modo que “a interpretação dos desígnios divinos passa antes da investigação das razões humanas e o arquétipo moral ou espiritual vence o vivido”⁶⁷, em oposição às obras antigas, onde a religiosidade, ainda que presente, não era determinante dos acontecimentos. Assim, os eventos relatados, nessa nova historiografia cristã, não ocorriam apenas devido às ações humanas e relacionavam-se forma causal, mas eram, na verdade, resultados do plano de Deus para os homens, que não eram, através dessa ótica, responsáveis pelo desenvolvimento da história, apenas o seguiam. Essas obras, naturalmente, foram escritas, em sua maioria, por prelados e monges, visto que a profissão do historiador, ou mesmo do cronista, na Idade Média, só apareceria nos séculos finais. Portanto, foi nos mosteiros, principalmente nos beneditinos e em alguns cistercienses, fortes lugares de produção cultural, onde a reflexão historiográfica teve mais espaço, sempre entre a liturgia e a teologia⁶⁸.

Considerando-se isso, não é surpreendente verificar que o gênero proeminente da época, no que refere às produções historiográficas, é o das hagiografias. O número e a variedade de obras de caráter hagiográfico foram grandes nesse período, bem como ao longo de toda Idade Média; elas tratavam de contar as vidas de santos, de relatar milagres ou o transporte de relíquias, ou ainda de fazer listas episcopais. Os atos de Deus e os realizados em seu serviço eram os destaques nesse tipo de obra que assumia, por vezes, funções mais pragmáticas, como a de legitimação de um determinado grupo eclesiástico, em detrimento de outro, fazendo uso de relatos de atos milagrosos como provas para tal⁶⁹.

Encontramos também outros tipos de produções historiográficas no período, como, por exemplo, as “Histórias”, inspiradas na obra de Tácito, como a *História dos Francos*, de Gregório de Tours e a *História dos Lombardos*, de Paulo Diácono. Apesar de inspiradas nos modelos antigos, é visível o forte teor religioso dessas

⁶⁶ BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003. pp. 15-16.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ GUENÉE, Bernard. op. cit. p. 534

⁶⁹ BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. op. cit. p. 13-14.

obras, a partir do qual são Deus e seus agentes na terra, reis e prelados, mediadores do espiritual, que tomam o papel principal, na medida em que a história é majoritariamente uma seqüência de relatos sobre a intervenção divina no mundo⁷⁰, o que diferencia essas obras daquelas que as influenciaram. Outro tipo de produção também inspirado em obras antigas que encontramos no período é o das biografias e autobiografias, como *A Vida de Carlos Magno*, de Éginhard, e a *História das minhas desventuras*, de Abelardo. Porém, apesar dessa inspiração antiga, principalmente latina, na verdade pode-se notar, por exemplo, na análise da primeira obra, a presença do modelo carolíngio no retrato do imperador⁷¹.

A mudança desse estilo de produção historiográfica deu-se em um segundo período, iniciado em torno do século XII. A partir de então, vemos uma diferença na própria concepção de tempo; antes, o tempo era concebido essencialmente como tempo natural, aquele do ciclo das estações e dos meses, e como tempo litúrgico, também organizado em cadências fixas. Assim, os acontecimentos históricos tinham uma importância muito mais simbólica, não inseridos em um desenvolvimento cronológico ou em processos históricos constituídos por relações causais entre eventos⁷². A partir do século XII, com as primeiras iniciativas do processo de laicização da cultura e a maior socialização da produção literária (no sentido em que o clero vai deixando de ser majoritariamente responsável por ela e surgem novos lugares sociais de produção) que vimos antes, isso mudaria, o que ocasionaria no surgimento de novas formas de compreensão da história.

Temos, então, nesse segundo período, uma maior compreensão da ação humana e dos efeitos dessa: o homem não é mais um agente passivo, cujas ações são determinadas por forças externas responsáveis pelo curso da história. Assim, apesar do quadro de obras sobre o passado continuar bastante heterogêneo e as transformações serem graduais, as novas historiografias, surgidas a partir dos séculos XII e XIII, começam a preocupar-se mais com os feitos dos homens do que com o desígnio divino. Essas ações são vistas sob a égide da Providência e a teologia ainda manteve suas influências na interpretação da história por algum tempo, mas houve uma mudança substancial que pode ser verificada, durante a

⁷⁰ Idem, ibidem. p. 15.

⁷¹ Idem.

⁷² Ibidem, pp. 18-19.

baixa Idade Média⁷³.

A essa mudança na interpretação dos eventos, da história propriamente dita, soma-se uma transformação na visão da história como campo saber, a historiografia. Assim, nesse segundo momento, começaram a surgir reflexões mais profundas sobre o fazer historiográfico, ocasionando na criação de ferramentas conceituais para a interpretação da história, como as divisões cronológicas⁷⁴. Podemos ver isso na obra do próprio Fernão Lopes notadamente na *Crônica de D. João*, na qual o autor apresenta uma nova era, a “sétima idade”, iniciada com a ascensão dos Avis.

Essas transformações conceituais referentes á interpretação da história naturalmente vêm acompanhadas de outras, como a mudança do ambiente de produção historiográfico. Desde o século XII, as cortes dos reis e príncipes haviam se tornado centros de cultura, onde a história, entre outras formas do saber, tinha espaço, principalmente sob a forma das gestas, de conotação mais literária⁷⁵.

No fim da Idade Média, especificamente nos séculos XIV e XV, com o fortalecimento das monarquias mediante a centralização política, processo que já foi referenciado, surgem também novos espaços e concepções do fazer historiográfico, cada vez mais direcionado a uma laicização. Originou-se, nesse contexto, um novo tipo de erudição, por meio de agentes como os arautos, que, devido a sua posição, possuíram capacidades para desenvolver pesquisas genealógicas e heráldicas, enriquecendo o panorama historiográfico da época, e como os escrivães de chancelarias, funcionários régios letrados que trabalhavam diretamente com a documentação oficial e estavam, portanto, também na posição de desenvolver obras desse caráter, a partir dessas fontes⁷⁶.

É também nesse período que a história começa a ser vista como uma ferramenta do poder, conforme mais príncipes buscavam ter em seus quadros de funcionários historiógrafos ou cronistas, que tinham como trabalho a exaltação dessas figuras ou de suas dinastias⁷⁷, mediante a criação de um passado legitimador. O serviço a Deus, principal preocupação dos cronistas do século XI e anteriormente, é substituído pelo serviço aos nobres e príncipes e, ao mesmo tempo que falam do passado, as obras parecem falar também mais do próprio presente do

⁷³ Idem.

⁷⁴ Ibidem, p. 19.

⁷⁵ GUENÉE, Bernard. op. cit. pp. 524-525.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. op. cit. p.28.

cronista, mediante essa vinculação com o poder que os autores possuíam.

Desa maneira, as crônicas da baixa Idade Média transcenderam a função de cristalização dos relatos de feitos passados em um suporte escrito, passando a ser transmissoras de ideologia, mediante o próprio encadeamento lógico que o passado criado por esses historiadores apresentava⁷⁸, justificando determinadas situações e apresentando-as como inevitáveis, através do uso de diversos artifícios propagandísticos. É dessa tendência que surgiu a figura do cronista oficial ou régio, conforme o Estado medieval e os monarcas buscavam o controle sobre esse discurso historiográfico legitimante.

2.3 A HISTÓRIA PELOS PORTUGUESES

Aproximando-se mais das fontes da nossa pesquisa, buscaremos agora fazer algumas observações sobre a produção historiográfica medieval própria de Portugal. Assim como no resto do ocidente medieval, também no reino de Portugal esse tipo de produções foi bastante diversificado.

O escrito mais antigo em vernáculo com a designação de “crônica” que chegou até nós foi a *Crônica Geral de Espanha de 1344*, uma “refundição” da *Crônica Geral da Espanha*, de Afonso X, escrita por D. Pedro, conde de Barcelos⁷⁹. Nessa obra, o autor busca ampliar o texto original, acrescentando à matéria referente a Portugal. Obra monumental, essa crônica pretendia realizar uma compilação de toda a história da ocupação da Península Ibérica até a Reconquista⁸⁰, possuindo um caráter universal que a diferencia bastante das crônicas do século XV.

Um dos tipos de produção historiográfica que podemos encontrar em Portugal no período é o das genealogias e livros de linhagens. Como exemplos dessas obras, encontra-se o *Livro Velho*, escrito no século XIII e, para o século XIV, o *Livro de Deão* e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Essas obras tinham como objetivo estruturar o passado a partir de associações de nomes de dinastas aristocráticas, traçando as linhagens e servindo para, em última instância, justificar o status nobre

⁷⁸ Ibidem, p. 33.

⁷⁹ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. op. cit. p. 93. Apresentaremos, a seguir, um breve esquema dos tipos de produção historiográfica no Portugal medieval baseado nas colocações que a autora faz sobre o tema.

⁸⁰ Idem, ibidem, p. 94.

dessas famílias e indivíduos através do relato dos seus feitos⁸¹.

Em contraste a essas obras, há também aquelas de caráter religioso, como as hagiografias, as narrativas das vidas de santos, outra maneira popular de organização do passado no Portugal medieval – bem em como todo o ocidente, como vimos. Esse tipo de escrito, exemplificado pela *Vida e Milagres de Dona Isabel, rainha de Portugal*, do século XIV, tinha como maiores preocupações a edificação de uma figura e a doutrinação, através do exemplo de devoção que a obra apresenta, em detrimento da reconstrução histórica⁸². Relacionada a esses relatos hagiográficos, encontramos outra forma historiográfica essencialmente religiosa, que é aquela constituída pelas memórias de fundações de mosteiros. Essas obras, como *A Vida de D. Telo*, texto do século XII traduzido para português no XV, e a *Crônica da Tomada de Lisboa aos Mouros e da Fundação do Mosteiro de São Vicente de Lisboa*, ampliação do século XIV de um texto do XIII, centravam-se principalmente nos feitos religiosos dos seus protagonistas, na medida em que esses atuaram na fundação desses mosteiros⁸³.

Encontramos ainda mais uma experiência historiográfica distinta, no século XV. É representada por uma memória anônima, de 1429, que buscava, a partir de uma visão bastante funcional do relato do passado, somente estabelecer a divisão do tempo, a datação. A obra tem assim como objetivo único constituir uma ferramenta para a comprovação de documentos através da cronologia⁸⁴, seguindo, portanto, um modelo de crônica relacionado aos anais.

Essas obras diversificadas de caráter historiográfico compartilhavam dois aspectos: a preocupação com um relato escrito do passado, cada vez mais comum nesse contexto de proliferação da escrita que já discutimos, e, além disso, uma visão utilitária da história (que pode ser verificada em relação a toda a literatura, como apontamos no item anterior desse capítulo)⁸⁵. Dessa maneira, a história serve para relatar os feitos de nobres, justificando e legitimando sua condição como tal, ou para estabelecer cronologias fixas, com o intuito de verificar a autenticidade de documentações jurídicas, ou ainda para estabelecer modelos comportamentais, com uma intenção pedagógica, entre outras funções bem determinadas.

⁸¹ Ibidem, pp. 94-95.

⁸² Ibidem, p. 96.

⁸³ Idem

⁸⁴ Ibidem, p.98

⁸⁵ Ibidem, pp. 99

No que se refere especificamente à historiografia constituída pelas crônicas dos reis portugueses, José Mattoso aponta que ela só apareceria nas cortes a partir de meados do século XIV, com a já referenciada *Crônica Geral de Espanha de 1344* de D. Pedro, conde de Barcelos. Antes disso temos apenas vestígios de uma história régia laica em relatórios ou discursos⁸⁶. O relato da história dos reis de Portugal estava na mão dos clérigos, com obras como os *Annales D. Alfonsi Portugallensium Regis*, escrita por um cônego de Coimbra no fim do século XII, sobre o reinado de Afonso Henriques⁸⁷.

Contudo, a partir do século XIII, com o crescimento das cortes como um lugar de cultura e de produção literária, esse quadro começou a alterar-se, com esse processo de laicização culminando, por fim, na criação do posto de cronista oficial do reino por D. Duarte, em 1434, do qual encarregaria Fernão Lopes. Isso denota claramente a importância da história para esses monarcas e nobres, pois cada vez mais os eles buscavam para si o controle sobre o discurso historiográfico – e Fernão Lopes é mais tarde sucedido por Zurara e esse, por Rui de Pina, dentro desse projeto – e, conseqüentemente a suas novas condições de produção, a história assume novas características. Não que deixe de lado as funções memorialistas e pedagógicas (pelo contrário, funda-se nessas bases), mas a partir de então, a história também passou a ser, em Portugal, parte de uma política oficial do poder laico, independente das iniciativas eclesiásticas isoladas, e seria uma das principais veiculadoras do sentimento nacional português no fim da Idade Média e nos inícios da modernidade⁸⁸.

Essa nova historiografia oficial manteve uma série de preocupações já caracterizadas em relação aos outros tipo de escritos históricos. Assim, esses cronistas empregados pelo rei demonstravam uma forte preocupação com a preservação do passado em um relato correto e objetivo, pretensões bem expressas já por Fernão Lopes. Também usavam esses relatos do passado para a transmissão de modelos de conduta e exemplos, através dos elogios e das críticas que faziam aos reis antigos, a serem seguidos pelos príncipes e nobres em formação, e, por fim, para a imortalização daqueles cujos feitos eram descritos, em uma lógica de recompensa pelas ações executadas.

⁸⁶ MATTOSO, José. op. cit. 204.

⁸⁷ Ibidem, p. 205.

⁸⁸ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. op. cit. pp. 103-104. e REBELO, Luís de Souza. *A concepção do poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983. pp. 27-37.

Entretanto, além dessas questões, é possível detectar nesses trabalhos de Fernão Lopes e de seus sucessores um viés político mais determinado⁸⁹, não característico dos outros tipos de relatos históricos e só compreensível a partir da consideração do lugar social de produção dessas obras, concebidas a serviço dos monarcas e do reino. Era “essa identificação com o poder presente que resulta numa mais nítida posição política em relação ao passado”, mediando a interpretação feita por esses cronistas dos reinados anteriores e determinando a construção do passado que eles realizaram, de modo que essa servia para justificar o presente⁹⁰. A partir disso, compreendemos, por exemplo, o ponto de partida da obra de Fernão Lopes, o reinado de D. Pedro, pai do Mestre de Avis, que serve, como já afirmamos, juntamente ao de D. Fernando, como introdução para a Revolução e para a Ascensão de D. João (e dos Avis). Também compreendemos a maneira pela qual esse é apresentado como o salvador do reino diante a ameaça da perda da independência, em contraste com seus antecessores, cujo relato demonstra que cometeram graves erros durante seus reinados, como veremos em seguida.

Temos assim apresentados o contexto no qual, e as referências a partir das quais, Fernão Lopes produziu suas obras, nossos objetos de estudo. Em um período no qual a escrita e, conseqüentemente, a figura do letrado, ganhava maior importância e em um contexto que exigia tanto um suporte legitimador para uma nova dinastia como a criação de um passado oficial essencialmente português, após as lutas no final do século XIV para evitar a perda da independência de Castela, e no qual prosperavam as produções literárias laicas, especialmente as relacionadas à política, surgiram essas obras. A partir da compreensão desse cenário, passaremos à análise das obras.

⁸⁹ Ibidem, p. 132.

⁹⁰ Idem.

CAPÍTULO 3 – OS MONARCAS REPRESENTADOS

3.1 D. PEDRO I

Na primeira das obras que serão aqui avaliadas, Fernão Lopes retrata o monarca que reinou entre 1457 e 1467, D. Pedro I, o justiceiro, pai de D. João de Avis. O relato que Fernão Lopes deixa dele é positivo, de certa maneira, principalmente se comparado com o que o cronista faz de D. Fernando, como veremos, afinal, o autor afirma ao final da obra: “e diziam as gentes, que taes dez annos numca ouve em Portugal, como estes em que reinara elRei Dom Pedro”⁹¹.

Todavia, fica claro também que D. Pedro estava longe de ser o monarca perfeito, um messias como seria seu filho, pelas críticas que Fernão Lopes faz, por vezes severas, a determinadas ações do rei. Avaliaremos, especificamente, o retrato mais geral que o cronista faz do rei e, depois, as questões principais que constituem a representação que Fernão Lopes constrói, sendo elas: a administração do reino, a aplicação da justiça, a comparação com o rei de Castela, D. Pedro, o Cruel, e, por fim, as críticas que são feitas a D. Pedro.

No capítulo 1, Fernão Lopes descreve o monarca, que assumiu o trono já com certa experiência, posto que tinha 37 anos. Ele era “muito gago”, gostava muito das atividades da caça e da montaria, desde Infante, “manhas” (habilidades) importantes para um nobre e que também mostravam bastante disposição física e energia, e gostava muito de comer (“era muito viandeiro”), mas evitava excessos⁹², que seriam condenáveis.

Foi grande criador de fidalgos, afirma Fernão Lopes, dizendo que, naquela época, não se costumava ser fidalgo sem ser de linhagem nobre, e além disso, era generoso com a nobreza (“esse Rei acreçentou muito nas comtias dos fidallgos”, em comparação com seu pai, D. Afonso IV, que era acusado de ser avarento. D. Pedro, por sua vez, ficava muito feliz em dar mercês e bens aos que lhe requeriam (“elRei Dom Pedro era em dar mui ledo (...) dizendo que o dia que o Rei nom dava, nom devia seer avudo por Rey”) e era muito grato não só a todos que o serviam, mas também aos que tinham servido ao seu pai, recompensando-os e acrescentando às

⁹¹ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro I*. Porto: Civilização, s/d. p. 202.

⁹² *Ibidem*, pp. 6-8.

mercês que seu pai os tinha concedido⁹³.

Fernão Lopes afirma também que, após a morte de Inês de Castro, que D. Pedro declarou como sua esposa e rainha depois de morta, o rei não se casou, mas teve amantes, tendo um filho, D. João, com uma delas, Teresa de Lourenço⁹⁴. O cronista destaca o amor de D. Pedro por Inês de Castro no último capítulo da crônica, quando conta que o rei mandou erguer para ela um túmulo no mosteiro de Alcobaça e transportar para lá seu corpo, com todas as honras. Antes disso, começa capítulo dizendo

“Por que semelhante amor, qual elRei Dom Pedro ouve a Dona Enes, raramente he achado em alguuma pessoa, porem disserom os antiigos que nenhuum he tam erdadeiramente achado, como aquel cuja morte nom tira da memoria o gramde espaço do tempo. E (...) nom fallamos em amores compostos, os quaaes alguuns autores abastados de eloquemcia, e floreçentes em bem ditar, hordenarom segumdo lhes prougue, dizemdo em nome de taaes pessoas, razões que numca nenhuuma dellas cuidou, mas fallamos daquelles amores que se contam e leem nas estorias, que seu fundamento tem sobre verdade. Este verdadeiro amor ouve elRei Dom Pedro a Dona Enes (...)”⁹⁵

O forte caráter passional da representação que Fernão Lopes faz do monarca fica marcado em diversos episódios, como no relato da paixão que D. Pedro tinha por D. Inês, cuja morte causara conflitos entre o rei e seu pai, Afonso IV, que a tinha ordenado, como na aplicação da justiça e também nas festas que o rei promovia e nas atividades às quais se dedicava. Sobre isso, o cronista relata que D. Pedro costumava gastar seu tempo em três atividades: na aplicação da justiça e na administração do reino, na caça e na montaria e, por fim, em festas e danças, pelas quais tinha muito gosto. Sobre as festas, Fernão Lopes descreve uma delas em uma passagem:

“jazia elRei em Lixboa huuma noite na cama, e nom lhe viinha sono pera dormir, e fez levamtar os moços e quantos dormiam no paaço, e mandou chamar Joham Mateus e Lourenço Pallos que trouvessem as trombetas da prata, e fez açemder tochas, e meteosse pella villa em damça com os outros:as gentes que dormiam, sahiam aas janellas, veer que festa era aqueulla, ou porque se fazia; e quando virom daquella guisa elRei, tomarom prazer de o veer assi ledo, e amdou elRei assi gram parte da noite, e tornouisse ao paaço em damça, e pedio vinho e fruta, e lançousse a dormir”⁹⁶

⁹³ Ibidem, pp. 8-9. Também sobre a generosidade do rei, ver. p. pp. 49-50.

⁹⁴ Ibidem, p. 9.

⁹⁵ Ibidem, p. 201.

⁹⁶ Ibidem, p. 61-62.

O rei D. Pedro, quando lhe vinha a vontade, não via problema em levantar-se no meio da noite, improvisar uma festa e começar a dançar, alegremente, no meio dos seus súditos, no que pode certamente ser caracterizado como um momento de comunhão entre o monarca e o povo, que se encontravam no prazer da dança e das festas. Nesse mesmo capítulo, o 14, o cronista descreve também a grande festa na qual o rei nomeou cavaleiro João Afonso Telo e também outros fidalgos⁹⁷.

Em relação ao retrato de D. Pedro como administrador do reino, excetuando-se a questão da justiça, que será tratada logo após, Fernão Lopes também deixa testemunhos importantes. D. Pedro é apresentado como um ótimo governante, tendo sido capaz de manter o reino em paz durante seu reinado⁹⁸, mas não só isso, também demonstrando competência administrativa, como vemos nessa passagem: “Pois deste Rei Achamos escripto que era muito amado de seu poboo, por os manteer em dereito, e justiça, desi boa governança que em seu Reino tiinha”⁹⁹.

Como exemplo dessa eficiência administrativa, temos a iniciativa de D. Pedro para agilizar os processos jurídicos, estabelecendo prazos rápidos para que os escrivães organizassem as petições que chegavam, enviassem para os desembargadores e redigissem a documentação que se fazia necessária sobre a matéria; o descumprimento desses prazos sendo punido com a perda do cargo¹⁰⁰. Quando o rei saía para a caça por longos períodos, deixava as determinações de mercês nas mãos dos desembargadores, que deveriam levar para o rei as decisões justificadas, para que os processos fossem facilitados na ausência do monarca¹⁰¹.

No campo da economia e das finanças também D. Pedro teve boas ações, na visão de Fernão Lopes. Ao descrever os valores das moedas na época de D. Pedro e falar sobre as novas moedas que o rei mandara cunhar, o cronista afirma que “este Rei Dom Pedro nom mudou moeda por cobiiça de temporal gaanho”¹⁰². D. Fernando, por sua vez, graças às guerras, fazia diversas alterações nos valores das moedas para pagar soldos, causando em altas de preços que agravariam a situação econômica já dificultada pela crise. Por fim, em relação aos tesouros, o cronista diz que esses eram muito importantes, pois formavam uma reserva para emergências

⁹⁷ Ibidem, pp. 62-63.

⁹⁸ Portugal se envolve em uma guerra entre Aragão e Castela, dando apoio a esse, mas marginalmente, apenas com o envio de algumas tropas para o território estrangeiro, como Fernão Lopes descreve nos capítulos XV, XXIV e XXV.

⁹⁹ Ibidem, p. 19.

¹⁰⁰ Idem, ibidem, p. 20.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Ibidem, p. 50.

de guerra, facilitando a defesa do reino sem que o povo fosse muito prejudicado por impostos. Além disso, os reis eram avaliados conforme o montante que tinham somado aos tesouros do reino, após a sua morte¹⁰³. D. Pedro, então, manteve essa tradição, depositando as quantias que sobravam, após feito o balanço da fazenda, nas torres dos tesouros, como informa Fernão Lopes, aprovando: “e assim o fez elle, que dos tesouros que achou nunca despemdeo nenhuma cousa; e ficaram todos per sua morte a elRei Dom Fernando seu filho, que os depois gastou como lhe prougue (...)”¹⁰⁴.

Para abordamos a questão da aplicação da justiça, é preciso recorrer ao prólogo da crônica, muito valioso para esse intento, onde Fernão Lopes discorre sobre a virtude da justiça. Deixa claro que se refere à justiça para qual existe o poder real, que tem o papel de punir os “maoos” e deixar que os “boons” vivam em paz. Segundo o autor, o justo é aquele que “compre toda virtude, porque a justiça assi como lei de Deos defende que nom fornigues nem sejas gargantom, e isto guardamdo: se compre a virtude da castidade e da temperamça; e assi podees emtender dos outros viçios e virtudes”¹⁰⁵. Portanto, aquele que é justo não só vive também de acordo com as leis dos homens, mas também as de Deus, pois exerce todas as outras virtudes, afinal, a justiça é “Rainha, e senhora (...) das outras virtudes”, diz o cronista, citando Túlio¹⁰⁶.

Sobre essa virtude, Fernão Lopes também ressalta que ela é importante tanto aos reis como ao povo, pois “avemdo no Rei virtude de justiça, fara leis per que todos vivam dereitamente e em paz, e os seus sogeitos seemdo justos, compriram as leis que el poser, e comprimdoas, nom faram cousa injusta contra nenhum”¹⁰⁷. Então é essencial que o rei seja justo, para criar leis que reflitam essa virtude, pois, se o povo não quiser obedecê-las, ele tem o poder para fazer com que sejam seguidas e deve usá-lo (“o Rei deve de seer de tanta justiça e dereito: que compridamente de as leis a execuçom, doutra guisa mostrar se hia seu Regno cheo

¹⁰³ Ibidem, pp. 54-55. “quando o Rei vinha a morrer, e preegavom del e dos bens que fezera, dizendo como o reinara tantos annos e mantevera em dereito e justiça: contavam lhe mais por grande bondade e louvandoo muito diziam, este Rei em tantos annos que reinou, pos nas torres do tesouro tanto ouro e prata e moedas; e quanto cada huum Rei em ellas mais poinha, tanto lho contavam por muito moor bomdade”.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 56.

¹⁰⁵ Ibidem, pp. 3-4.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 5.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 4.

de boas leis e maos costumes: que era torpe cousa de se ver¹⁰⁸). Afinal, as leis são, como o autor coloca, uma manifestação do rei, e a relação inversa também é verdadeira, porque “a lei he príncipe sem alma como dissemos, e o príncipe he lei e regra da justiça com alma; pois quanto a cousa com alma tem melhora sobre outra sem alma: tanto o Rei deve teer exçellença sobre as leis”¹⁰⁹.

Fernão Lopes termina o prólogo afirmando que D. Pedro usou muito essa virtude na administração do reino: “e pois que elle com boom desejo por natural enclinação, refreou os males, regendo bem seu Reino (...)”¹¹⁰. e, após isso, em diversos capítulos ao longo da crônica mostra exemplos desse exercício da justiça por D. Pedro, dos quais apresentaremos alguns para esclarecer mais sobre o conceito de justiça de Fernão Lopes e do próprio rei-justiceiro.

Segundo o autor, D. Pedro era “muito amator de trigosa justiça naquelles que achado era que o mereciam”. Por isso, tratou de decretar leis para agilizar o sistema judiciário e também para punir juizes e ouvidores que recebessem subornos dos envolvidos em matérias que julgavam, coibindo a corrupção, sob pena de morte¹¹¹. Para, o rei, a justiça também não deveria ser restrita ao povo, ninguém deveria ficar isento de seguir as leis ou imune a punições. Uma passagem significativa a esse respeito é a seguinte:

“Falando elRei huum dia nos feitos da justiça, disse que voontade era e fora sempre, de manter os poboos de seu Reino em ella, e estremadamente fazer direito de si meesmo, e por quanto elle sentia, que o moor agravado que el e seus filhos, e outros alguuns de seu senhorio faziam aos poboos de sua terra, assi em o tomar das viandas por preço mais baixo do que vendiam, que porem el mandava, que nenhuum de sua casa, nem dos Infantes, nem doutro nenhuum que em sua merçee e Reinos vivesse, que nom tomasse galinhas, nem patos, nem cabritos, nem leitoões, nem outras nenhuumas cousas acostumadas de tomar, salvo compradas aa vontade de seu dono, e sobresto pos pena de prisom, e dinheiros aas honrradas pessoas, e aos galinheiros e poessoas viis, açoutados pello lugar hu as tomassem e deitados fora de sua merçee.”¹¹²

Assim, para o monarca, a justiça devia aplicar-se para todos, de qualquer procedência ou status, sendo isso aplicado mesmo aos próximos a si (“Este Rei Dom Pedro em quanto viveo, husou muito de justiça sem afeiçom, teendo tal igualdade em fazer direito, que a nenhuum perdoava os erros que fazia, por criaçom

¹⁰⁸ Ibidem, p.5.

¹⁰⁹ Idem, ibidem. p. 4.

¹¹⁰ Ibidem, p. 6.

¹¹¹ Ibidem, p. 23.

¹¹² Ibidem, p. 26

nem bem querença que com el ouvesse”¹¹³). Para castigar os que desobedeciam as leis, D. Pedro viajava pelo reino, exigindo que os criminosos fossem trazidos a sua presença, onde seriam torturados, muitas vezes por sua própria mão, com o uso do açoite, que sempre tinha consigo, até confessarem os crimes e, então, punidos¹¹⁴. Na maioria das vezes com penas consideradas excessivas, como a da morte; mas dizia o rei que “a pena que os homens mais reçeavam era a morte”, por isso, devia empregá-la para que as leis fossem respeitadas, e também que “assi o entendia por serviço de Deos e prol de seu poboo”¹¹⁵.

Essa visão de D. Pedro segundo a qual todos deveriam ser submetidos às punições pelo desrespeito das leis aparece em diversos casos. Em um, retratado no capítulo 6, ele açoita e condena a morte, apesar de protestos de servos seus, dois de seus criados, por terem roubado e matado um judeu, que achavam que não seriam punidos pelo rei tão severamente devido aos serviços que haviam prestado a ele¹¹⁶. No capítulo 7, D. Pedro tenta açoitar um bispo que era acusado de dormir com uma mulher casada, mas acaba sendo impedido por homens do seu conselho, que temiam a ira do Papa. Fernão Lopes diz que D. Pedro não respeitava a jurisdição da Igreja em relação às punições a prelados e punia-os indistintamente¹¹⁷. Como último exemplo, no capítulo 8, o rei manda castrar um escudeiro seu por ter dormido com uma mulher casada. Era um bom escudeiro, leal ao rei, que confiava muito nele e, além disso, tinha “todas as manhas que se a bons homeens requerem (...) por a qual razom o elRei amava muito e lhe fazia bem graadas merçees”. Porém, essa proximidade não foi o suficiente para evitar que o rei o punisse severamente, ao saber de seu crime¹¹⁸.

É dessa maneira, indistinta, igualitária e, por vezes, excessiva, como verificaremos nas críticas que Fernão Lopes faz ao rei mais a frente, que é caracterizada por Fernão Lopes a justiça aplicada por D. Pedro. Em relação a isso, concluímos com mais uma frase de Fernão Lopes, que afirma que “(...) nenhum per rogo nem poderio, avia descapar da pena merecida, de guisa que todos reçeavam de passar seu mandado”¹¹⁹.

¹¹³ Ibidem, p. 29.

¹¹⁴ Ibidem, p. 30.

¹¹⁵ Ibidem, p. 26.

¹¹⁶ Ibidem, pp. 30-32.

¹¹⁷ Ibidem, pp. 33-35.

¹¹⁸ Ibidem, pp. 37-39.

¹¹⁹ Ibidem, p. 43.

O uso da figura do rei de Castela, D. Pedro, sobrinho do monarca português, por Fernão Lopes na construção da representação de D. Pedro de Portugal, possibilitado principalmente pela obra de Pero Lopez de Ayala que relata o reinado desse rei castelhano, dá-se pelo estabelecimento de um contraste. Enquanto D. Pedro de Portugal, como vimos, era um bom rei, que manteve o povo em paz e aplicava a justiça a todos igualmente, D. Pedro de Castela, segundo Fernão Lopes, “foi muito compridor de toda cousa que lhe sua natural e desordenada vontade requeria”, “foi muito luxurioso” e “era muito cobiiçoso do alheo por maa e desordenada maneira, e nom queria homem em seu consselho, salvo que lhe louvasse sua rasom e quamto fazia”¹²⁰. Além disso, sobre suas ações, Fernão Lopes conta que o rei casou-se com D. Branca, largou-a logo após o casamento e mandou que a matassem, apesar dos protestos de sua mãe, D. Maria, de sua tia, D. Leonor, rainha de Aragão, e de outros fidalgos. Após isso, casa-se com D. Joana de Castro, que acaba também abandonando, em favor da amante, Maria de Padilha¹²¹. O cronista conta também que o rei “matou muitas honrradas pessoas, dellas sem razom por lhe darem boom consselho e outras sem por que e por ligeiras sospeitas (...) ca nenuhm nom era com el seguro, posto que o bem servisse, e lhe el muita merçee e honrra fezesse”¹²².

Fica claro o contraste entre os dois monarcas, a partir daí; pois, se D. Pedro de Portugal usava a pena de morte como punição por crimes que considerava sérios, D. Pedro de Castela mata muitas pessoas sem motivo ou por caprichos. Mata por o contrariarem, como quando ordena as mortes daqueles que ficaram a favor da rainha D. Branca e contra a união do rei com Maria de Padilha, como seus irmãos Fadrique Alfonso e D. Telo (que acaba fugindo), e seu primo, o Infante D. João¹²³. O rei de Castela também mata por vingança, como faz com o rei Vermelho de Granada, que tinha se entregado ao rei D. Pedro e acaba sendo roubado e morto, por ter entrado em guerra com Castela junto com Aragão¹²⁴, e também para tomar as terras e posses daqueles que executa, como faz com o arcebispo de Santiago¹²⁵.

A lista de mortes a mando de D. Pedro de Castela toma quase tantas linhas

¹²⁰ Ibidem, pp. 71-72.

¹²¹ Ibidem, p. 72-75.

¹²² Ibidem, p. 72.

¹²³ Ibidem, pp. 96-103.

¹²⁴ Ibidem, pp 159-162.

¹²⁵ Ibidem, pp. 183-185.

da matéria referente a Castela na crônica quanto as guerras entre Castela e Aragão, que, para Fernão Lopes, ocorreu devido a uma reação excessiva do rei D. Pedro diante da afronta de um capitão catalão¹²⁶, e a do rei castelhano com seu irmão, o conde D. Henrique. Ele também manda executar outros dos seus irmãos, D. João e D. Pedro, de 14 e 19 anos, filhos ilegítimos de seu pai, Afonso XI, com Leonor de Guzmán, “moços innoçentes que numca lhe mal mereçerom”¹²⁷ e a própria Leonor de Guzmán¹²⁸, entre muitos outros. Essas passagens escolhidas por Fernão Lopes para falar sobre o monarca castelhano possuem certamente uma intencionalidade no sentido de criar contraste marcante entre os dois monarcas, artifício usado para o estabelecimento de D. Pedro como um monarca bom e justo, ainda que, por vezes, bastante severo.

É justamente essa severidade em relação à justiça e seu cumprimento, um dos principais fatores na representação positiva que Fernão Lopes constrói de D. Pedro, o principal motivo das críticas que o cronista faz ao monarca. A justiça do rei é excessiva – como já falamos, segundo o cronista, alguns consideravam as penas aplicadas, principalmente a de morte, para vários crimes, severas demais – e, por vezes, fora da realidade. No capítulo 9 há um exemplo disso, quando Fernão Lopes relata o caso da mulher que chamavam de Maria Roussada, por ter sido forçada por seu marido a dormir com ele, antes do casamento. Quando D. Pedro fica sabendo disso, manda enforcar o marido, ignorando o fato os dois tinham filhos e “viviam ambos em gram bem querença”¹²⁹. Essa passagem deixa claro fato de que a justiça de D. Pedro é cega, ignora por vezes as situações específicas em prol de uma rígida punição dos criminosos; o monarca parece amar mais a justiça que seu povo, pois nem sempre a pratica em para o bem desse.

A crítica principal e mais severa que Fernão Lopes faz a D. Pedro, porém, aparece nos capítulos 30 e 31, referentes à busca do monarca por vingança pela morte de Inês de Castro. Por isso, D. Pedro culpava especialmente Diego Lopes Pacheco, Pero Coelho e Álvaro Gonçalves; porém, havia os perdoado, em acordo com seu pai. Após a morte de Afonso IV, entretanto, quando os três portugueses já haviam fugido para Castela, onde tinham sido bem recebidos pelo rei e viviam em

¹²⁶ Ibidem, p. 88.

¹²⁷ Ibidem, p. 118.

¹²⁸ Ibidem, p. 72.

¹²⁹ Ibidem, p. 42.

segurança, D. Pedro resolve declará-los traidores¹³⁰. Então, faz um acordo com seu sobrinho, D. Pedro de Castela, para que sejam presos os portugueses em Castela, secretamente, e sejam trocados por três castelhanos que viviam em Portugal e que o rei de Castela queria matar. Fernão Lopes critica duramente essa decisão de D. Pedro, introduzindo o episódio com a seguinte passagem:

“Por que o fruto principal da alma que he a verdade, pela qual todallas cousas estam em sua firmeza; e ela há de seer clara e nom fingida, moormente nos Reis e senhores, em que mais resplamdeçe qualquer virtude, ou he feo o seu comtrairo; ouveram as gentes por mui gram mal huum muito davorreçer escambo, que este ano entre os Reis de Purtugal e de Castella foi feito; em tanto que posto que escripto achemos delRei de Purtugal que a toda gente era manteedor de verdade, nossa teemçom he nom o louvar mais; pois contra seu juramento foi consentidor em tam fea cousa como esta”¹³¹.

A ação do rei, para o cronista, foi muito grave. Afinal, ele quebrara sua palavra (e o autor expõe, na passagem acima, o quão sério isso era vindo de um monarca), primeiro ao punir aqueles que já havia perdoado, depois ao entregar os castelhanos, que viviam sob sua proteção em Portugal, para o rei de Castela, que fez o mesmo. Fernão Lopes conclui o episódio afirmando que

“muito perdeo elRei de sua boa fama por tal escambo como este, o qual foi avudo em Portugal e em Castela por mui grande mal, dizemdo todollos bons que o ouviam, que os Reis erravom mui muito himdo comtra suas verdades, pois que estes cavalleiros estavam sobre seguramça acoutados em seus reinos”

Temos assim a representação que Fernão Lopes faz de D. Pedro ao longo da sua *Crônica de D. Pedro I*. Se, por um lado, o monarca foi capaz de manter o reino em paz, administrá-lo eficientemente e aplicar a justiça com igualdade, foi também excessivo nessa última, além de ter cometido uma falha grave ao quebrar sua palavra ao ser tomado pelo desejo de vingança no episódio marcante relatado por Fernão Lopes. O autor inclusive recusa-se a detalhar a pena que o rei dá aos dois prisioneiros (Diego Lopes Pacheco conseguiu fugir), que tiveram seus corações arrancados enquanto o rei assistia a tudo e fazia sua refeição, afirmando que “a maneira de sua morte, seemdo dita pelo meudo, seria mui estranha e crua de contar

¹³⁰ Ibidem, pp. 142-143.

¹³¹ Ibidem, p. 141.

(...) e quaaes palavras ouve (...) seeria bem doorida cousa douvir”¹³². É um rei que, por esses excessos, acabou por não ser merecedor do louvor de Fernão Lopes, segundo afirma o próprio cronista. Seu sucessor também não o seria, como veremos a seguir.

3.2 D. FERNANDO

O segundo monarca cujo retrato construído por Fernão Lopes avaliaremos aqui teve um reinado bem mais problemático que o de seu pai. D. Fernando, ao contrário de D. Pedro, não foi capaz de manter o reino em paz durante os dezesseis anos pelos quais reinou. Pelo contrário, nesse meio termo, Portugal entrou em três guerras contra Castela, duas durante o reinado de D. Henrique de Trastâmara e uma durante o de seu filho, D. João, que acabariam também envolvendo Portugal na Guerra dos Cem Anos, pois o reino se aliaria com o Duque de Lancaster, filho do rei da Inglaterra, que almejava o trono de Castela, enquanto os castelhanos estavam aliados aos franceses.

Além disso, como já falamos no primeiro capítulo, durante o reinado de D. Fernando, a alta nobreza esteve com muito poder, o que dificultava a administração do reino pelo monarca, devido aos benefícios que o rei lhes outorgava, principalmente aos membros da família de D. Leonor Teles, graças à influência da rainha. Personagem essa de destaque na crônica, servindo, junto às guerras infrutíferas, como principal fonte das críticas, tanto de Fernão Lopes como dos personagens secundários que ele constrói, a D. Fernando. Na análise dessa crônica, destacaremos a descrição que o cronista faz inicialmente do monarca, as passagens sobre as ações administrativas de D. Fernando e, por fim a matéria que se refere tanto às guerras quanto à rainha, assuntos proeminentes na obra.

No prólogo da crônica, Fernão Lopes descreve D. Fernando: assumiu o trono com 22 anos de idade, era “mancebo vallente, ledo e namorado, amador de mulheres e achegador a ellas”. Era também de boa composição física, alto, belo e elegante, de modo que, se estivesse junto de muitos homens, mesmo onde não fosse conhecido, logo o tomariam como rei dos demais. Foi também muito generoso com a nobreza, (“gram criador de fidalgos” e “fez muitas doações de terras aos

¹³² Ibidem, p. 149.

fidalgos de seu reino, tantas e muitas mais que nenhum rei que ant''elle fosse") e possuía as *manhas* que um nobre deveria, sendo bom cavaleiro, habilidoso na montaria, no combate¹³³ e na caça, pela qual tinha muito gosto¹³⁴. D. Fernando amava muito a justiça e seu povo, segundo o cronista, e "trabalhava de o bem reger; e todallas cousas que por seu serviço e defensom do reino mandava fazer, todas eram fundadas em boa rrazom e muito justamente hordenadas"¹³⁵. Contudo, logo após essa afirmação, Fernão Lopes diz que isso não durou e apresenta uma crítica ao monarca, já no início da obra: "desfalleceo esto quando começou a guerra e nasceo outro mundo novo muito contrairo ao primeiro, passados os folgados anos do tempo que rreinou seu padre e veherom depois dobradas tristezas", pela incapacidade do rei de manter o reino em paz¹³⁶. O autor também destaca que D. Fernando se beneficiara de um grande tesouro que havia sido reunido pelos seus antecessores, assim, "este rei dom Fernando começou de reinar o mais rico rei que em Portugall foi ataa o seu tempo: ca elle achou grandes tesouros que seu padre e avoos guardarom"¹³⁷. Boa parte desse tesouro, porém, acabaria sendo gasto nas guerras contra Castela, continuamente, ao longo do reinado.

Durante seu reinado, o cronista afirma que D. Fernando garantiu vários benefícios aos mercadores, principalmente os de Lisboa, como a liberação de impostos no transporte de algumas mercadorias, a exclusividade na atividade comercial, visto que proibiu que ela fosse exercida por nobres e clérigos, e, além disso, proibiu estrangeiros de comprarem mercadorias fora da cidade de Lisboa para comerciar¹³⁸. Em termos das obras que D. Fernando ordenou, no capítulo 88 Fernão Lopes relata que o rei, após a segunda guerra com Castela, mandou reparar e murar várias cidades, com destaque para Lisboa, uma obra grandiosa, que muitos consideravam impossível, pela qual o cronista elogia o monarca dizendo que "muito bem-feitor foi este rei dom Fernando assi em rreparar villas e castellos, de que sse seguio gram bem ao reino, como em mandar cercas outras de novo"¹³⁹.

Na mesma época, D. Fernando buscou também incentivar tanto a agricultura, para suprir a falta de trigo e outros mantimentos na qual o reino se encontrava,

¹³³ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004. p. 3.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 4.

¹³⁵ *Ibidem*, pp. 3-4.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 4.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 5.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 7.

¹³⁹ *Ibidem*, pp. 307-310.

quanto o comércio marítimo, pois muitos navios estrangeiros comerciavam nos portos portugueses na época. Em relação à primeira, decretou leis determinando o aproveitamento das terras, ordenando que todas fossem lavradas e proibindo filhos de agricultores de seguirem outro ofício. Também determinou que fossem presos todos os pedintes que atuassem sem um alvará oficial e que os forçassem a trabalhar na terra e que aqueles que tivessem gado deveriam também lavrar parte da sua terra ou perderiam os animais¹⁴⁰. Em relação ao comércio marítimo, D. Fernando incentivou a construção naval, permitindo o uso de madeira das suas terras para a construção de grandes navios de comércio sem cobrar por ela, tornando isentos de impostos alguns dos produtos que era importados para a construção naval e também isentando de impostos os produtos que levavam os navios nas suas primeiras viagens¹⁴¹. Ainda nesse campo, a maior realização do monarca foi a criação de uma companhia de navegação, na qual todos os navios para uso comercial deviam inscrever-se, pagando impostos. A companhia tinha o intuito de proteger aqueles mercadores que sofriam grandes prejuízos ao ter seus navios danificados ou perdidos no mar; eram então, mediante certos pré-requisitos, ressarcidos pela companhia¹⁴².

Essas ações, porém, não seriam o suficiente para compensar os prejuízos sociais e econômicos (e também políticos, pois a própria independência do reino acaba ameaçada) causados pelas três guerras nas quais Portugal entrou com Castela durante o reinado de D. Fernando. Não buscaremos detalhar os conflitos aqui, mas sim apresentar as críticas que Fernão Lopes faz em relação a essa política externa de D. Fernando, ao demonstrar as conseqüências das guerras ou mesmo ao relatar certas ações que são tomadas no curso delas.

As guerras com Castela iniciariam-se logo após a morte de D. Pedro de Castela, primo de D. Fernando, por seu irmão e o novo rei, D. Henrique. Ocorrido isso, algumas cidades de Castela escreveram cartas para o rei D. Fernando, afirmando que ofereciam-se como suas súditas, caso ele decidisse invadir Castela e tomar o trono pela guerra. D. Fernando viu nisso uma boa oportunidade de “acrecentamento de sua boa fama e honroso estado”¹⁴³ e, desejando vingar a morte de seu primo e assumir o trono de Castela, começou a guerra contra o reino vizinho,

¹⁴⁰ Ibidem, pp. 311-316.

¹⁴¹ Ibidem, pp. 317-318.

¹⁴² Ibidem, pp. 319-324.

¹⁴³ Ibidem, p. 91.

apoiado por vários fidalgos castelhanos que eram contra D. Henrique e tendo feito uma aliança com o reino de Granada.

Durante a primeira guerra, que toma dos capítulos 26 a 53 da crônica, haveriam incursões e conquistas de cidades por ambos os lados; D. Henrique entraria por Portugal, atacando cidades como Braga e Guimarães, além de vilas castelhanas que eram a favor de D. Pedro, como Carmona e Rodrigo. No capítulo 36, surgem as primeiras críticas em relação as ações de D. Fernando no conflito: a cidade de Braga é forçada a entregar-se a D. Henrique, sem ter como se defender e sem receber auxílio de D. Fernando. Sabendo disso, o rei irrita-se, dizendo que a cidade poderia ter se defendido se quisesse e tira bens de alguns dos homens mais importantes da cidade¹⁴⁴. No capítulo 36, segundo o cronista, o rei faz o mesmo com outras cidades, como Bragança e Vinhais, e é duramente criticado pela população desses lugares, que o culpava por não auxiliar as vilas, afirmando que “nenhuu rrei podia acabar grandes feitos a que sse possesse, se ell per ssi nom fosse presente com os seus, pera os esforçar e mostrar sua ardidez” e que “nenhuua cousa lhe prestava sua mancebia e ardimento”. Afirmavam que o rei se acovardava, graças aos conselhos de João Afonso Telo, conde de Ourém e tio de Leonor Teles, e prejudicava o reino na guerra sem conseguir nem manter as cidades que conquistava, pois tudo que fazia era viajar pelo reino¹⁴⁵.

No capítulo 42, o autor conta que D. Fernando mandou organizar uma frota para bloquear a passagem dos mantimentos para Sevilha. Ficaram então as tropas portuguesas estacionadas em uma vila próxima, obtendo sucesso nisso; porém, estavam mal abastecidos de mantimentos, passando frio e fome, e muitos ali acabaram morrendo¹⁴⁶. Mais adiante, no capítulo 44, após a frota de Portugal ser atacada pela de Castela, estando os portugueses fracos e sem mantimentos, são forçados a fugir e D. Fernando acaba mandando desarmar as galés, ao que Fernão Lopes afirma que “el-rrei gastava seus tesouros e perdia as gentes com pouco acrescentamento de seu estado e honra”¹⁴⁷.

Também a tentativa de uma aliança com Aragão por parte de D. Fernando é criticada pelo cronista. O rei de Portugal acerta seu casamento com a Infante de Aragão e os monarcas assinam acordos para aliar-se contra Castela na guerra, com

¹⁴⁴ Ibidem, p. 111.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 121.

¹⁴⁶ Ibidem, pp 137-139.

¹⁴⁷ Ibidem, pp. 143-147.

João Afonso Telo sendo responsável pelas negociações e levando uma grande quantidade de ouro para Aragão, com esse intuito e para pagar as tropas aragonesas. Em relação a isso, primeiro Fernão Lopes diz que se gastava muito tempo e dinheiro nisso tudo sem propósito, pois muitas das tropas pagas acabariam nem mesmo lutando na guerra¹⁴⁸ e depois, com as negociações de paz que são feitas em Alcoutim logo após essa tentativa de aliança, pelas quais fica determinado que D. Fernando casaria-se com a filha de D. Henrique, o cronista conta que o rei de Aragão irrita-se e manda tomar todo o ouro dos portugueses que lá estavam, ocasionando em mais gastos infrutíferos¹⁴⁹.

Após o fim dessa guerra, Fernão Lopes afirma que o povo português reclamava muito por dois motivos, primeiro, pelo gasto de grande parte do tesouro que havia sido acumulado pelos reis anteriores e, segundo, pelas mudanças de valores das moedas que D. Fernando fez para poder pagar as tropas, as quais Fernão Lopes descreve e diz que foram feitas “sem prazimento dos poboos do reino nem o fazendo saber a prellados nem outro nenhuu conssentimento”¹⁵⁰. Essas alterações monetárias acabariam agravando a crise econômica, gerando uma alta dos preços e afetando drasticamente a população, principalmente das baixas camadas sociais, sem que isso trouxesse ganho algum ao reino, como diz o cronista, ao afirmar que “assi que ell [D. Fernando] danou muito sua terra com as mudanças das moedas, e perdeo quanto gaanhou em ellas, e tornarom-se os logares a Castella cujos eram, e el ficou ssem nenhuua honrra”¹⁵¹.

Pouco depois do seu casamento com Leonor Teles, D. Fernando entraria na segunda guerra contra Castela, descrita entre os capítulos 67 e 88 da crônica, motivado pela perspectiva de uma aliança com os ingleses, mais especificamente com o duque de Lancaster, que acabariam não vindo ao auxílio de Portugal. Essa guerra traria danos mais graves ainda ao reino, pois, ao saber, por Diego Lopes Pacheco, que D. Fernando tinha intenção de aliar-se aos ingleses e quebrar os tratados de paz, D. Henrique resolve logo invadir Portugal, às pressas, buscando forçar a paz. Faz isso aconselhado por Diego Lopes Pacheco, antigo embaixador de D. Fernando, que afirmava que a população, descontente com o casamento de D.

¹⁴⁸ Ibidem, pp. 168-171.

¹⁴⁹ Ibidem, pp. 185-186.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 189.

¹⁵¹ Ibidem p. 191.

Fernando, acabaria entregando Lisboa ao rei castelhano¹⁵².

Assim, antes que D. Fernando pudesse contar com a ajuda dos ingleses e mesmo organizar suas tropas, o rei de Castela invade Portugal e vai tomando diversas vilas, partindo diretamente para Santarém, onde o rei português encontrava-se, para um confronto direto. Chegando lá as tropas castelhanas, porém, D. Fernando, aconselhado por João Afonso Telo e pelo prior do Hospital, acaba não saindo para o combate, por ter tropas insuficientes para vencer os castelhanos, segundo esses dois. Por isso, o rei novamente sofre duras críticas do povo (“forom mui prasmados o prior e o conde e isso meesmo el-rrei com elles, dizendo que covardice de coração lho fezera fazer”) e Fernão Lopes destaca um cavaleiro castelhano de nome João Sanches, que acusa o rei de covardia em praça pública, ao que os que assistiam a cena “rriam-se do que contra el-rrei dizia em modo d'escarnho”¹⁵³

Após isso, no capítulo 73, Fernão Lopes conta que D. Henrique partiu para Lisboa e pôs a cidade sob cerco. A população não acreditava que D. Fernando tinha deixado o rei castelhano avançar tanto, como afirma o cronista nessa passagem:

“nenhuuas gentes poderom pensar que el-rrei dom Henrique entrasse pello reino da guisa que el entrou, espicialmente des Coimbra pera Lisboa, onde el-rrei dom Fernando estava (...), que elle muito primeiro lhe nom sahisse ao caminho a embargar sua viinda, podendo-o mui bem fazer, ca el tiinha gentes assasz de seus naturaaes pera lhe poer a praça, e mais a ajuda dos fidallgos e senhores que sse pera ell verhom de Castella per morte d'el-rrei dom Pedro”.¹⁵⁴

Seguiu-se um longo cerco de Lisboa, durante o qual D. Fernando não veio ao auxílio da cidade e os castelhanos causaram muito dano ao lugar (“estendiam-sse pellos termos da cidade a forrejar, sem torva que nenhuu ouvessem, e tragiam grandes roubos” e “cortavom vinhas e olivaaes e outras arvores, poendo fogos a muitas quintãas”), roubando o que podiam e tocando fogo nas casas e plantações¹⁵⁵. D. Fernando, então, vendo que definitivamente não receberia auxílio dos ingleses, aceita a mediação do cardeal de Bolonha, Dom Guido, para o estabelecimento da

¹⁵² Ibidem, pp. 231-234 e 245-248.

¹⁵³ Ibidem, pp. 251-255.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 257.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 270.

paz, determinada por um tratado assinado em Santarém, que encerrou outra guerra que apenas trouxe prejuízos ao reino português¹⁵⁶.

O último conflito com Castela durante o reinado de D. Fernando deu-se logo após a morte de D. Henrique e a ascensão de seu filho, D. João, ao trono. O rei português, alegando buscar vingança pelos males causados a Portugal por seu pai, e dessa vez confiante do apoio dos ingleses, decide entrar em guerra mais uma vez com o reino vizinho, ignorando e mesmo ironizando os protestos daqueles do seu conselho¹⁵⁷. A guerra traz novamente muitos prejuízos ao reino português, que começa sofrendo as incursões e saques ordenados pelos mestres das ordens Santiago e de Alcântara¹⁵⁸, a perda da frota que havia sido organizada por D. Fernando¹⁵⁹ e diversos saques nas proximidades de Lisboa, durante os quais as plantações e os paços do rei na região são queimados, novamente, pela frota de Castela, até que essa é combatida por Nuno Álvares¹⁶⁰.

Por fim, a chegada dos ingleses, com 3 mil homens e em mais de 50 barcas, segundo os números de Fernão Lopes, só agravou a situação de Portugal. O cronista relata que

“estas gentes dos ingleses como dissemos, como foram aposentados em Lisboa, não como homees que viñham pera ajudar a defender a terra, mas come se fossem chamados pera a destruir e buscar todo mal e desonra aos moradores d'ella, começaram de se estender pella cidade e termo matando e roubando e forçando molheres, mostrando tal senhorio e desprezamento contra todos come se fossem seus mortaaes inimigos(...)”¹⁶¹.

Os ingleses saqueavam a cidade, obrigavam os moradores a pagarem impostos que criavam e outras coisas mais, sem que nada fosse feito. Os protestos dos moradores ao rei D. Fernando eram inúteis, visto que ele se mostrou incapaz de exercer sua autoridade sobre o duque de Cambridge, que nada faz. Fernão Lopes descreve que a população, cansada dos abusos que sofriam dos ingleses, começa a recusar-se a recebê-los e a reagir, o mais discretamente que podia, matando tantos

¹⁵⁶ Ibidem, pp. 283-288.

¹⁵⁷ Ibidem, pp. 375-377.

¹⁵⁸ Ibidem, pp. 425-428.

¹⁵⁹ Ibidem, pp. 443-445.

¹⁶⁰ Ibidem, pp. 475-486.

¹⁶¹ Ibidem, p. 465.

ingleses quanto¹⁶². O próprio rei D. Fernando, vendo o que acontecia, mostrou-se arrependido por ter pedido a ajuda do duque de Cambridge¹⁶³.

Diante dessa situação e antes que as tropas luso-britânicas e castelhanas batalhassem, iniciaram-se as negociações de paz entre Castela e Portugal, sem o conhecimento dos ingleses, apesar de Fernão Lopes afirmar não saber o motivo ou quem começara essas conversas de paz. Por fim, a guerra acabou, mediante um tratado assinado em Elvas entre os dois reis e determinou-se o casamento da infante D. Beatriz, filha de D. Fernando, com o infante D. Fernando, filho do rei D. João, e para a fúria dos ingleses, que afirmam-se traídos pelo rei D. Fernando, ao partir de Portugal¹⁶⁴. A guerra acaba, assim, como as outras duas, sem trazer nenhuma vantagem para o reino, muito afetado pelas crises econômicas advindas dos conflitos e da desregulação monetária promovida devido a esses, além de todas as mortes conseqüentes das três guerras.

No que se refere à relação de D. Fernando com Leonor Teles, essa não foi, aos olhos do povo e do próprio cronista, algo bom. Afinal, ela era casada com João Lourenço da Cunha, fidalgo e vassalo do rei. D. Fernando apaixonou-se pela futura rainha ao encontrá-la na casa de sua irmã D. Beatriz, que costumava visitar, onde ela se hospedava. Quando o marido de D. Leonor mandou, então, uma carta a ela, dizendo-lhe para ir até ele, D. Fernando buscou o apoio de D. Maria, irmã de Leonor, pedindo para que ela evitasse que sua irmã partisse e revelando seu desejo de casar-se com ela. Apesar de ser aconselhado por D. Maria e por João Afonso Telo a mudar de idéia, D. Fernando decide cancelar o casamento de D. Leonor e tê-la como esposa¹⁶⁵.

Logo que a notícia disso espalha-se, todos ficam muito contrariados, segundo Fernão Lopes, “nom soamente aos grandes e fidalgos que amavom seu serviço e honrra, mas ainda ao comuu poboo que d'isto teve gram sentimento”¹⁶⁶. Os nobres afirmavam que o rei tinha cometido um erro, por ter recusado casamentos muito honrados como com as infantas de Aragão e de Castela, para tomar como esposa a mulher de um vassalo, mas isso de nada adiantava.

Fernão Lopes conta ainda, no capítulo 60, que também o povo protestava

¹⁶² Ibidem, pp. 465-468.

¹⁶³ Ibidem, p. 471.

¹⁶⁴ Ibidem, pp. 533-544.

¹⁶⁵ Ibidem, pp. 197-201.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 209

contra o casamento e relata um caso em que, em Lisboa, cerca de 3 mil homens juntaram-se, armados, e foram até os paços do rei, exigindo que eles cancelasse aquele casamento e tomasse como esposa alguma filha de rei ou de outro nobre “e nom tomasse molher alhea, ca era cousa que lhe nom aviam de conssentir”. D. Fernando recusa-se a recebê-los, afirmando que os veria outro dia, no mosteiro de São Domingos, mas acaba no fim fugindo da cidade, junto a rainha, acusando-os de traição. Essas manifestações preocupavam D. Leonor, que tinha medo do rei desistir do casamento; então ela mandava que descobrissem quem protestava contra a união dela com o rei e depois os denunciava a D. Fernando, para que fossem presos ou mortos¹⁶⁷.

No capítulo 66, Fernão Lopes descreve D. Leonor Teles: era jovem, muito bela, de fala doce, muito generosa e atenciosa¹⁶⁸. Como sabia que não era bem querida pela nobreza, a rainha tentou trazer todos que podia para seu lado, dando mercês e cargos para os fidalgos e realizando diversos casamentos, além de favorecer os membros da sua linhagem, promovendo-os sempre que possível aos círculos restritos do poder, cercando-se assim daqueles que estavam ao seu lado¹⁶⁹. Fernão Lopes diz, porém, que

“era ainda de muita esmolla e muito caridosa a todos, mas quanto fazia todo danava, deopis que conheceram n'ella que era lavrador de Venus e criada em sua corte; e fallando os maldizentes prasmavom-na dizendo que todallas criadas d'aquella senhora se fingem sempre muito amaviosas, portanto que o manto da caridade que mostram seja cobertura de seus desonestos feitos”¹⁷⁰.

De fato, a rainha cometeu uma série de ações a serem criticadas, que pioraram ainda mais sua imagem com a população. A primeira, a traição dela a D. Fernando com o conde João Fernandes de Andeiro. Essa começou, segundo Fernão Lopes, logo quando ele voltou a Portugal, após ter sido expulso por determinação de um tratado de paz com Castela, para tratar da vinda dos ingleses como aliados na guerra. Ficou então escondido, hospedado junto da rainha e do rei, e quando esse saía, fazia visitas àquela, de modo que foram ficando cada vez mais

¹⁶⁷ Ibidem, pp. 209-214.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 227.

¹⁶⁹ Ibidem, pp. 227-229.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 230.

íntimos, como conta o cronista¹⁷¹. Os boatos espalharam-se a partir de então e quando D. Leonor deu luz a um filho e uma filha, em duas ocasiões, que acabaram morrendo pouco após o nascimento, acreditava-se que eles não eram de D. Fernando, devido ao estado já debilitado do rei, mas sim de João Fernandes¹⁷². A preocupação da rainha em relação a esses boatos foi tanta que ela acabou decidindo mandar prender Gonçalo Vasques de Azevedo, fidalgo muito próximo ao rei, e D. João, mestre de Avis, com medo de que eles a entregassem para o rei¹⁷³. Para isso, mandou falsificarem cartas que dariam a entender que os dois eram traidores do reino e mostrou-as ao rei, que então ordenou as prisões. Porém, a rainha não conseguiu com que os dois fossem mortos, pois Vasco Martins, que estava com eles em custódia, não aceitou os alvarás falsos que a rainha tinha mandado mensageiros apresentarem a ele, e acabou indo falar com D. Fernando sobre isso, que depois soltaria os dois¹⁷⁴.

Por fim, como último exemplo das ações de D. Leonor que o cronista condena, há a trama que envolveu o Infante D. João e a irmã da rainha, D. Maria. Ao saber que os dois secretamente haviam casado, a rainha, tomada pela “peçonha da enveja”, preocupada com o fato de que o infante poderia querer assumir o trono após a morte de D. Fernando, que já se encontrava enfermo, e então ela não ficaria como regente¹⁷⁵. A rainha, com ajuda do conde João Fernandes, deu então a entender para o infante D. João que se ele se livrasse de D. Maria, matando-a, poderia casar-se com a infante D. Beatriz, herdeira do trono. O infante D. João então mata a sua esposa¹⁷⁶, mas, quando vai falar com D. Leonor, ansioso pelo posto de herdeiro de D. Fernando, ela acaba negando a ele o casamento com sua filha, ficando claro que ela havia o manipulado visando apenas seus próprios interesses¹⁷⁷.

Além da guerra e do mau casamento com D. Leonor Teles, Fernão Lopes critica D. Fernando devido a outros motivos. Um deles é a questão da cisma da Igreja, com o surgimento de dois papados, muito lamentado pelo cronista, que diz que “por nossos pecados, foi estonce o corpo mistico da Egreja feito com duas

¹⁷¹ Ibidem, pp. 217-220.

¹⁷² Ibidem, pp. 523-524 e p. 591.

¹⁷³ Ibidem, p. 495.

¹⁷⁴ Ibidem, pp. 501-505 e p. 509.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 361.

¹⁷⁶ Ibidem, pp. 361-373.

¹⁷⁷ Ibidem, pp. 376-379.

cabeças, assi como corpo monstruu, que era fea cousa de veer”¹⁷⁸. O envolvimento dos monarcas, que pronunciaram-se a favor de um Papa ou outro, apenas arrastou mais o conflito, por torná-lo uma questão mais política do que religiosa, segundo afirma o cronista, ao passo que os reinos se alinhavam “seguindo mais a afeição da carne que o juízo da razão”. D. Fernando é um exemplo perfeito disso, apoiando ora Clemente VII, ao lado da França e de Castela¹⁷⁹, ora Urbano VI, ao lado da Inglaterra¹⁸⁰, conforme as alianças ou tratados nos quais Portugal encontrava-se.

O reinado de insucessos de D. Fernando acabou deixando o reino de Portugal em uma situação grave: o monarca morreu sem deixar herdeiros, o que resultaria, de acordo com o tratado de Salvaterra de Magos, na tomada do trono por D. João de Castela, devido ao seu casamento com a Infante D. Beatriz. Essa situação toda resultaria na crise de 1383-1385 e em uma longa guerra com Castela¹⁸¹. O último relato que Fernão Lopes faz do monarca, aliás, contrasta gravemente em relação ao primeiro. Já muito doente e fraco, encontrava-se o rei em Lisboa, nos dias finais de sua vida, “mui desasemelhado de quando ell começou de reinar; ca ell estonce parecia rei antre todollos homees ainda que conhecido nom fosse, e agora era si mudado que de todo ponto nom parecia aquelle”¹⁸². Ao receber o último sacramento, o rei lamenta-se, chorando e pedindo perdão a Deus, afirmando que “todo esso creo come fiell christião, e creo mais que elle me deu estes rregnos pera os manteer em dereito ej ustiça, e eu por meus pecados o fiz de tall guisa que lhe darei d'elles mui maoo conto”¹⁸³. Foi dessa maneira, lamentando-se pelos seus feitos, que morreu D. Fernando, segundo relata Fernão Lopes, aos seus 38 anos. Encerrava-se, assim, em 1383, o reinado do último monarca da dinastia de Borgonha.

3.3 D. JOÃO

O sucessor de D. Fernando e primeiro monarca da nova dinastia, a dos Avis, D. João, aparece, como já indicamos, nas duas crônicas de Fernão Lopes sobre seus antecessores, as quais analisamos nessa pesquisa. D. João é mencionado

¹⁷⁸ Ibidem, p. 411.

¹⁷⁹ Ibidem, pp. 113 -114 e p. 543.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 459.

¹⁸¹ Para a descrição detalhada que Fernão Lopes faz dos termos do tratado, cf. Ibidem, pp. 547-551.

¹⁸² Ibidem, p. 591.

¹⁸³ Ibidem, p. 592.

marginalmente nas duas obras, mas com pelo menos uma passagem essencial para a compreensão do discurso do cronista, que, como afirmamos, busca, nessas duas primeiras crônicas, apresentar retratos de monarcas insuficientes, que cometeram erros que chegaram a inclusive colocar em perigo a independência do reino, que seria garantida por D. João de Avis, o messias de Lisboa.

Na *Crônica de D. Fernando*, da qual falaremos primeiro, invertendo a ordem cronológica mas considerando uma ordem de relevância ascendente das passagens que exploraremos agora, D. João aparece algumas vezes, mas muito discretamente, em capítulos no geral relacionados a outras matérias. Além de menções rápidas, como sobre sua ida aos casamentos de D. Beatriz, primeiro com o duque de Benavente e depois com D. João de Castela, nos capítulos 96, 161, 166 e 167, sua presença na defesa fronteiriça em um dos momentos da segunda guerra com Castela, no capítulo 116, uma breve conversa que tem com Leonor Teles sobre o rei de D. João de Castela, no capítulo 169, e seu desejo por auxiliar D. Fernando na batalha contra D. Henrique antes do cerco de Lisboa, no capítulo 62, Fernão Lopes destaca poucas passagens para D. João.

O cronista afirma que o Mestre de Avis possuía uma relação próxima com o infante D. João, seu meio-irmão, no capítulo 98, dizendo que costumavam cavalgar e caçar juntos. Entretanto, a passagem mais importante que trata de D. João nessa crônica é a que fala da sua prisão, junto com Gonçalo Vasques, por obra da rainha D. Leonor, que toma dos capítulos 139 a 148. Fernão Lopes descreve a desconfiança do Mestre de Avis para com a rainha; quando eles acabam soltos, tanto por estranhar a proximidade dela e de João Fernandes de Andeiro, quanto por temer que a rainha tentaria envenená-lo durante o jantar¹⁸⁴ e por duvidar do que Leonor diz sobre sua prisão, que foi que ele fora preso por ter sido acusado por Vasco Porcalho, comendador-mor da ordem de Avis, como traidor, mas D. João afirma ser mentira, percebendo que a rainha tentara fazê-lo matar Vasco Porcalho e assim ser punido com a morte¹⁸⁵.

Já na *Crônica de D. Pedro I*, encontramos duas menções apenas a D. João, a primeira, logo no início da crônica, no capítulo I, quando Fernão Lopes apenas diz que D. Pedro tivera um filho bastardo com uma mulher de nome D. Teresa, chamado D. João, que nascera em 11 de abril de 1357, e o que o rei dera para ser criado por

¹⁸⁴ Ibidem, pp. 309-310.

¹⁸⁵ Ibidem, pp. 517-518.

Lourenço Martins, um nobre de Lisboa enquanto pequeno, e, depois, por Dom Nuno Freire de Andrade, mestre da Ordem de Cristo¹⁸⁶. A segunda é aqui de absoluta relevância e acontece somente no penúltimo capítulo da obra, o 43. É quando o autor relata como D. Pedro deu a D. João, ainda muito jovem, o mestrado da ordem de Avis. O rei o fez devido a um sonho profético, segundo Fernão Lopes, que D. Pedro descreve da seguinte maneira:

“a mim parecia em dormindo, que eu viia todo Portugal arder em fogo, de guisa que todo o reino parecia huuma fogueira; e estando assi espantado veemdo tal cousa, viinha este meu filho Johanne com huuma vara na mão, e com ella apagava aquelle fogo todo.”¹⁸⁷

Portanto, D. João aparece, já no final da *Crônica de D. Pedro I* como o messias de Portugal, salvando o reino desse incêndio, que certamente representa as complicações políticas da crise de 1383 e o conflito com Castela, que resultaria na ascensão do Mestre ao trono e no estabelecimento de uma nova dinastia, o começo de uma nova era. Da forma como Fernão Lopes relata, vemos que essa ascensão já estava determinada, sancionada pelo elemento sobrenatural que envolve o sonho profético de D. Pedro, muito antes da narrativa aproximar-se do reinado de D. Fernando e dos conflitos com o reino vizinho. Dessa maneira, esse pequeno trecho torna mais clara a interpretação de todas as obras de Fernão Lopes, e de como essas duas crônicas que analisamos aqui desembocam, no relato do reinado de D. João, o de boa memória, não só cronologicamente, mas também no sentido de que D. João seria o responsável por corrigir os erros passados, livre dos defeitos que possuíam seus antecessores e que prejudicaram os reinados desses, como foram vistos por Fernão Lopes.

¹⁸⁶ LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro I*. op. cit. p. 9

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 196.

CONCLUSÃO

Ao longo dessa pesquisa buscamos analisar as questões da representação e da legitimação políticas na obra de Fernão Lopes. Para tal intuito, escolhemos especificamente a *Crônica de D. Pedro I* e a *Crônica de D. Fernando*, tratando não só dos protagonistas delas, mas também mostrando como D. João I, mestre de Avis, aparece representado nessas obras. Buscamos deixar claro ao longo do trabalho que a análise da figura do monarca de Avis, ainda que ele tenha um papel muito restrito, quase nulo, nessas duas obras, é importante para a compreensão de ambas as crônicas, tanto no âmbito da matéria nelas contida, como no da representação, em última instância valorativa que Fernão Lopes faz desses monarcas, e também é vital para a apreensão do conjunto da obra do cronista.

Inserimos Fernão Lopes dentro de um contexto político, econômico social e intelectual específico, que foi condicionador, naturalmente, dos escritos que ele deixou. Ao buscar compreender o lugar social de produção das obras, encontramos Fernão Lopes como um funcionário régio, contratado por D. João e por D. Duarte, para as funções de arquivista da Torre do Tombo e de cronista oficial de Portugal. Além disso, tendo servido tanto ao Infante D. Pedro, como seu escrivão da puridade e a D. João, como escrivão de seus livros, vemos um cronista fortemente identificado e relacionado com essa nova dinastia ascendente e com seu projeto de governo, o que certamente encontramos refletido nas suas obras.

O contexto no qual escreveu Fernão Lopes, como vimos, também foi o do crescimento da importância da escrita em detrimento da memória e das tradições orais, relacionado inicialmente à criação de aparelhos administrativos estatais, que geravam uma grande quantidade de documentação, conforme o tabelionato tornava-se cada vez mais importante para a administração das monarquias, mas que eventualmente expandiu-se para a cultura, ocasionando em um aumento da produção literária e uma valorização do livro como forma essencial de saber. Cabe lembrar que esse foi um processo gradual, que se alongaria pelo fim da Idade Média e durante o início da Modernidade, mas que certamente é fundamental para a compreensão do pensamento dos séculos XIV e XV, quando viveu Fernão Lopes.

Outro processo importante da época que buscamos destacar foi o de uma laicização dupla, tanto política como cultural. Esse certamente foi primordial em possibilitar o surgimento da figura do letrado, da qual foi exemplo Fernão Lopes. A

criação do posto de cronista oficial por D. Duarte em 1434 representou um marco nesse processo, determinando por fim a produção de uma versão não só laica, mas "oficial" da história em Portugal, conforme reis e príncipes buscavam o controle sobre esse discurso historiográfico, percebendo sua importância como ferramenta política. Isso foi essencial para essa nova dinastia de Avis, que pretendia ao mesmo tempo legitimar-se no poder, sendo ainda bastante recente, e contribuir para a criação de uma identidade nacional portuguesa, em oposição à Castela, projeto relacionado à crise de 1383-385, na qual Portugal quase foi incorporado ao reino vizinho.

É a partir desse contexto que buscamos compreender a representação que Fernão Lopes faz dos monarcas que figuram nas duas obras que tomamos como fonte para essa pesquisa. Afirmamos, ao longo do trabalho, representarem essas duas obras uma espécie de prelúdio à história de D. João, salvador de Portugal, feito herói por Fernão Lopes, construção essa que já começa desde a *Crônica de D. Pedro I*. Assim, se o autor afirma imparcialidade em diversas passagens ao longo dos seus escritos, vemos uma intencionalidade clara, representada nas críticas que ele constrói a D. Pedro I e a D. Fernando. Aquele, ainda que representado como bom administrador, pecou pelo excesso, na aplicação da justiça e na violência, guiado por uma sede de vingança inadequada a um monarca. Esse, foi representado como o responsável por três guerras infrutíferas, que somente trouxeram, segundo Fernão Lopes, mortes e problemas econômicos ao reino, além de um casamento impróprio com Leonor Teles, vista pelo autor como manipuladora e inescrupulosa, certamente inadequada para governar o reino – fato que também ajuda a legitimar a ascensão de D. João, filho ilegítimo.

Ao final dessa pesquisa, restam certamente lacunas que poderão ser melhor trabalhadas no futuro, em outros trabalhos. Obviamente essa interpretação do viés político da obra de Fernão Lopes não é o suficiente para exauri-la, e, mesmo dentro desse âmbito, a pesquisa, devido suas limitações, não foi capaz de atingir uma totalidade. Faz-se a análise também da *Crônica de D. João*, essencial para uma compreensão mais ampla da questão intencionalidade política em Fernão Lopes, e também da *Crônica de 1419*, da qual ele é considerado autor por diversos estudos. Somente a análise dessas duas obras em acréscimo a essas das quais aqui tratamos poderá levar a uma compreensão total das representações que o cronista deixou dos diversos monarcas cujos reinados relatou e, conseqüentemente, das próprias visões de Fernão Lopes sobre a política e o exercício do poder.

FONTES

LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro I*. Porto: Civilização, s/d.

LOPES, Fernão. *Crônica de D. Fernando*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004.

BIBLIOGRAFIA

BEIRANTE, Maria Ângela. *As estruturas sociais em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte Histórico, 1984.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003.

BRUNEL, Pierre (Org.) *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997

BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *À beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de

Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

EFFGEN, Augusto Ricardo. *A construção de modelos e contramodelos régios na obra de Fernão Lopes (século XV)*. 2009. 164f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. São Paulo: Annablume, 2006.

GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos Séculos XIV e XV - os Estados*. São Paulo: Pioneira, 1981.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (Séculos XIV e XV) - o espelho do rei. "-Decifra-me e te devoro"*. 2004. 289f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Os protagonismos do cruel e do cru, antes dos "favoritos" de Fernão Lopes e Pero Lopez de Ayala*. História: questões e debates, Curitiba, v. 1, n. 41, p. 107-129, 2005. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/4630/3584>>. Acesso em: 20 nov. 2009

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da PUCRIO, 2006.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Bauru, EDUSC, 2005.

LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002. V. 1.

LOPES, Marco Antônio. *A imagem da realeza: simbolismo monárquico no antigo regime*. São Paulo: Ática, 1994.

MATTOSO, José. *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. V. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

MATTOSO, José, SOUSA, Armindo de. *História de Portugal*. V.II. Lisboa: Editorial Estampa, s/d.

MONGELLI, Lênia Márcia (org.). *A literatura Doutrinária na Corte de Avis*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MONTEIRO, João Gouveia. *Fernão Lopes, texto e contexto*. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Presença, 2001.

PASSOS, Maria de Faro. *O herói na Crónica de D. João I, de Fernão Lopes*. Lisboa: Prelo, 1974.

REBELO, Luís de Souza. *A concepção do poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

SARAIVA, Antônio José, LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, s/d.

VIEIRA, Ana Carolina Delgado. O Rei Justo e o Rei Cruel: Imagens em Oposição em Fernão Lopes e Pero Lopez de Ayala. IN: *Atas da VII Semana de Estudos Medievais da UFRJ*. Disponível em: <<http://www.pem.ifcs.ufri.br/AtasVII.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2009.